



**ESTIGMAS TERRITORIAIS EM TRÊS LAGOAS/MS, ANÁLISE A
PARTIR DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS NOVO OESTE E
ORESTINHO**

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO

Gabriel Queiroz dos Santos

TRÊS LAGOAS
2023

Gabriel Queiroz dos Santos

**ESTIGMAS TERRITORIAIS EM TRÊS LAGOAS/MS, ANÁLISE A
PARTIR DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS NOVO OESTE E
ORESTINHO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Três Lagoas (CPTL), como requisito para obtenção do título de Licenciado em Geografia.

Orientadora: Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol

TRÊS LAGOAS
2023

Gabriel Queiroz dos Santos

**ESTIGMAS TERRITORIAIS EM TRÊS LAGOAS/MS, ANÁLISE A
PARTIR DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS NOVO OESTE E
ORESTINHO**

Monografia apresentada à banca examinadora em: 23 de novembro
de 2023 e foi considerada _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Patrícia Helena Milani
Membro da banca

Prof. Dr. Tiago Araújo Santos
Membro da banca

Dedicatória: Dedico este trabalho aos pretos, aos pobres e gays. Dedico a todos que lutam por um país melhor, aos professores que transformam, ao professor que anseio ser. A minha mãe.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha gratidão a João Victor de Oliveira, amigo e ex-colega de trabalho, morador de um conjunto dos "predinhos". Durante uma conversa descontraída no intervalo do trabalho em 2021, João compartilhou comigo suas dificuldades em receber encomendas feitas via internet pelos Correios, que alegava dificuldades de entrega na região, além das muitas outras conversas sobre as particularidades de seu bairro. Foi nesse momento que meu interesse pelo tema dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho foi despertado.

Quero agradecer também ao meu amigo especial, Raimundo Natividade Castro Junior, que se tornou meu companheiro ao longo deste. Nossas intensas conversas particulares abordaram uma variedade de temas sociais, que me permitiram muitas reflexões. Ele é o autor dos mapas presentes neste trabalho. Agradeço a ele por essa contribuição valiosa.

Expresso minha gratidão aos inspiradores professores do curso, que possuem diversas qualidades descritas por Paulo Freire, e compartilham o otimismo característico dos geógrafos diante a infinidade, conforme Milton Santos. Um agradecimento especial à minha orientadora, Professora Rafaela Fabiana Ribeiro Delcol, pelo tempo dedicado as orientações valiosas.

À minha mãe, que mergulhou nos meus devaneios, reflexões e pensamentos em voz alta ao longo dos últimos anos, agradeço por seu apoio constante.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo investigar o fenômeno social denominado "estigmas territoriais" que envolve os conjuntos residenciais Novo Oeste e Orestinho em Três Lagoas - MS. Examina como as populações desses locais foram homogeneizadas pelo imaginário social da cidade, associado à pobreza e à violência urbana. Os conjuntos residenciais em questão foram financiados pelo poder público por meio do programa federal Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em 2009, o que nos leva a analisar a participação do Estado na produção do território, considerando o histórico de construção dos conjuntos. Essa análise permite identificar efeitos ambíguos, pois, enquanto proporcionam moradia para a população de menores rendimentos, também as tornam vítimas do processo de estigmatização territorial. Para compreender os possíveis fatores que contribuem para a produção ou reprodução dos estigmas territoriais, realiza-se uma análise do processo de urbanização de Três Lagoas e suas interconexões com a industrialização do município. Os procedimentos metodológicos adotados baseiam-se em revisão bibliográfica acerca do conceito de estigma social de Erving Goffman (2004) e do conceito de estigma territorial de Loic Wacquant (2006), escolhido como referencial teórico para a pesquisa. Por fim, são gerados dados qualitativos por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com alguns moradores dos conjuntos, que caracterizam a reprodução dos estigmas territoriais facultados a eles.

Palavras Chaves: Estigmas territoriais, PMCMV, Conjunto residencial Novo Oeste, Conjunto residencial Orestinho.

ABSTRACT

The purpose of this work is to investigate the social phenomenon known as "territorial stigmas" involving the residential complexes Novo Oeste and Orestinho in Três Lagoas - MS. It examines how the populations in these areas have been homogenized by the city's social imaginary, associated with poverty and urban violence. The mentioned residential complexes were financed by the government through the federal program "Minha Casa Minha Vida" (My House My Life) in 2009, leading us to analyze the State's involvement in the production of the territory, considering the history of the construction of these complexes. This analysis allows for the identification of ambiguous effects, as while providing housing for the lower-income population, it also makes them victims of the territorial stigmatization process. To understand the possible factors contributing to the production or reproduction of territorial stigmas, an analysis of the urbanization process of Três Lagoas and its interconnections with the municipality's industrialization is carried out. The methodological procedures adopted are based on a literature review regarding Erving Goffman's (2004) concept of social stigma and Loic Wacquant's (2006) concept of territorial stigma, chosen as the theoretical framework for the research. Finally, qualitative data is generated through semi-structured interviews with some residents of the complexes, which characterize the reproduction of the territorial stigmas experienced by them.

Keywords: Territorial stigmas, PMCMV, Novo Oeste residential condominium, Orestinho residential condominium.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Mapa de localização do município de Três Lagoas – MS -----	24
Figura 2 -	Gráfico: evolução populacional do município de Três Lagoas – MS -----	26
Figura 3 -	Mapa da série temporal da malha urbana de Três Lagoas – MS -----	28
Figura 4 -	Mapa de localização dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho em Três Lagoas – MS -----	37
Figura 5 -	Foto aérea do conjunto habitacional Novo Oeste -----	38
Figura 6 -	Vista externa de conjunto de apartamentos no CHV Novo Oeste ----	38
Figura 7 -	Vista externa de conjunto de apartamentos no CHV Orestinho -----	39
Figura 8 -	Vista externa de blocos de apartamentos no CHV Orestinho -----	40
Figura 9 -	Quadro com perfil dos moradores entrevistados -----	43

TABELAS

Tabela 1 -	Déficit habitacional no Brasil de 2016 a 2019 -----	31
Tabela 2 -	Déficit habitacional em Três Lagoas – MS, 2010 -----	33

SUMÁRIO

	Introdução -----	10
1.0 -	O estigma como conceito pertinente a análise da produção e reprodução da imagem do ser social -----	13
2.0 -	Industrialização e Urbanização em Três Lagoas – MS -----	23
	2.1 – Sobre a moradia -----	29
3.0 -	Vida e cotidiano nos “Predinhos”: análise das entrevistas realizadas --	42
	Considerações Finais -----	50
	Referências bibliográficas -----	52
	Anexo A – Roteiro para entrevistas -----	56

INTRODUÇÃO

Os estigmas territoriais podem ser definidos segundo reflexão acerca das obras de Wacquant (2006), Bezerra (2011) e Paiva (2007) como um fenômeno social que se refere às percepções negativas ou estereótipos preconceituosos que são atribuídos a determinadas áreas geográficas por uma infinidade de motivos, em geral ligados à situação de pobreza e precariedade intrínseca a manifestações de violência urbana, afetando, construindo ou moldando a imagem que a sociedade tem desses locais e conseqüentemente de seus habitantes que acabam por serem homogeneizados ou estigmatizados junto aos territórios.

Ainda segundo o entendimento empreendido a partir da obra dos autores supracitados, os estigmas territoriais são construídos socialmente e podem ser fomentados por diversos fatores como a mídia, que exercendo tom especulador elegendo para a opinião pública lugares predispostos as violências urbanas, manipula a produção e reprodução de uma imagem negativa de determinado espaço (WACQUANT, 2006); a história que pode representar um acúmulo de acontecimentos e dinâmicas estabelecidas em algum momento em determinado espaço que acaba por construí-lo socialmente a nível do imaginário; além das desigualdades sociais e econômicas que colocam a população mais pobre em situações de vulnerabilidade material e social.

Esses elementos podem levar a uma série de problemas, desde a segregação e discriminação contra os moradores, a falta de investimento em infraestrutura e serviços por parte do poder público que também pode aderir ao sentimento de rotulação da área e se utilizar disso para se abster de suas obrigações, e até mesmo o aumento da criminalidade, tão apontado como fator preponderante na reprodução dos estigmas territoriais, devido à falta de oportunidades de emprego para os residentes dessas áreas, o que poderia acarretar em uma marginalização maior ainda e a exclusão social.

Desta maneira nosso objetivo é identificar os estigmas territoriais instaurados sobre a vida dos moradores dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho em Três lagoas/MS, que desde o seu processo de construção passaram ser apontados como território hostil marcado por diversas violências urbanas que inflaram o imaginário social da população em geral.

Atrelado ao objetivo proposto, essa pesquisa, baseia-se também na análise da moradia pois está imbricada ao conceito central deste trabalho, os estigmas territoriais nos conjuntos residenciais voltados as classes de menores rendimentos. Esses conjuntos residenciais foram produzidos pelo poder público que em uma tentativa de sanar problemas ligados ao déficit habitacional quantitativo por meio do acesso à habitação/moradia no país, financiando por meio de programa federal de habitação, casas, apartamentos, e conjuntos residenciais populares.

A situação de produção de moradias populares por meio do programa federal intitulado de Minha Casa Minha Vida (PMCMV) aparenta estar de alguma maneira produzindo realidades ambíguas, se de um lado permite acesso à moradia (Não necessariamente adequada conforme princípios estabelecidos pelo documento 'Por uma cultura de direitos Humanos: Direito à moradia adequada' (Brasil, 2013)¹ por outro lado, induz de certa forma, a produção de estigmas territoriais aos moradores desses conjuntos habitacionais conforme ambiguidade apontada por Machado da Silva *apud* Bezerra (2011) e Milani (2023).

Desta maneira, os procedimentos metodológicos adotados foram a revisão bibliográfica, no qual identificamos as tipologias de estigmas sociais apresentadas pela obra de Erving Goffman (2004) e a intersecção de uma delas, os estigmas tribais de raça, nação e religião, com o estigma territorial caracterizado pelo autor Loic Wacquant (2006) que afirma existir semelhança entre ambas, categoria esta que elegemos por se aproximar melhor do problema reconhecido.

Também, foram levantados dados quantitativos e qualitativos que caracterizam o déficit habitacional no Brasil e na cidade, seus desdobramentos quanto as dificuldades ao acesso a moradia e a efetivação do direito a cidade, frente ao processo de urbanização e industrialização acentuados no município nas últimas décadas, logo sobre a participação do Estado na produção dos conjuntos habitacionais, que tem intenção de mitigar os problemas de déficit, por meio do PMCMV.

Buscamos analisar a participação do poder público na construção dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho em Três Lagoas/MS para que possamos apresentar visão pouco mais completa sobre os desdobramentos das vivências dos moradores dos conjuntos habitacionais, a partir do conceito de estigma

¹ O documento aponta princípios/objetivos como: Segurança jurídica da posse; Infraestrutura de serviços e materiais; Gastos suportáveis; Habitabilidade; Acessibilidade; Localização e Adequação cultural.

territorial. Em seguida foram realizadas entrevistas semiestruturadas com alguns moradores dos conjuntos residenciais para compreender sua realidade vivida e identificar de qual modo os estigmas territoriais se expressam em seu cotidiano. Os dados e informações geradas pelas entrevistas foram organizadas, sistematizadas e analisadas associadas às análises teóricas. O roteiro da entrevista semiestruturada encontra-se no Anexo A, ao final do trabalho.

Assim, este trabalho está estruturado da seguinte maneira, introdução já contendo metodologia aplicada e objetivos, capítulo 1 que busca sistematizar os conceitos elegidos por meio de revisão bibliográfica e apontar a pertinência e viabilidade de suas utilizações. O capítulo 2 que trata do processo de urbanização atrelado a industrialização e o aumento populacional em Três Lagoas/MS fatores motrizes da produção do espaço urbano neste caso, faz também um parâmetro sobre as categorias de déficits habitacionais com dados a nível Brasil e Três Lagoas apontando causas que contribuem para o não acesso a moradia, e a participação do Estado com suas políticas de acesso. O capítulo 3 é voltado a sistematização das entrevistas e reflexões acerca do objeto territorial desta pesquisa, por fim as considerações finais seguida de anexos, e referências bibliográficas.

1.0 - O ESTIGMA COMO CONCEITO PERTINENTE A ANÁLISE DA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA IDENTIDADE DO SER SOCIAL

O conceito de estigma, desenvolvido pelas ciências sociais ganhou notoriedade a partir da obra do sociólogo e antropólogo canadense Erving Goffman originalmente publicada em 1963², que buscou sistematizar a constituição histórica e social do termo e seus desdobramentos. Definiu categorias de análise para o conceito, além de diversas abordagens particulares que partiriam dos estudos sobre a vida em microescala e o cotidiano.

Ainda no início de sua obra Goffman (2004) destaca que a tempos o estigma já pairava sobre estudos, e que o termo haveria sido criado pelos gregos para se referirem a sinais corporais que evidenciassem algo extraordinário, mau ou negativo sobre a moral de quem os apresentava, uma intersecção entre as marcas físicas no corpo e o sentido simbólico de tal.

Sinais feitos por meio de cortes ou fogo no corpo de determinado indivíduo o categorizava frente a sociedade, explanando seu pertencimento a determinado estrato social, como sendo um escravo, criminoso ou traidor, uma pessoa marcada, ritualmente poluída, e que conseqüentemente devia ser evitada, especialmente em lugares públicos. (GOFFMAN, 2004)

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. [...] Mais tarde, na Era Cristã, dois níveis de metáfora foram acrescentados ao termo: o primeiro deles referia-se a sinais corporais de graça divina que tomavam a forma de flores em erupção sobre a pele; o segundo, uma alusão médica a essa alusão religiosa, referia-se a sinais corporais de distúrbio físico. (GOFFMAN, 2004. p.5)

Nesta exposição fica evidente que o processo de estigmatização estava relacionado ao indivíduo e a determinados comportamentos em que este pudesse ser categorizado como errôneo, e o símbolo marcado no próprio corpo expunha para os demais o teor de sua desonra, ao mesmo tempo que era uma lembrança constante de sua inaptidão ao trato social estabelecido.

² Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada (1963)

Desta maneira com o passar do tempo e evolução das sociedades, esse fenômeno também apresentou alterações em sua manifestação como destaca Goffman (2004), tendo sido ampliado a outras categorias que fogem a experiência original, se em um primeiro momento a então sociedade grega, a exemplo, pudesse empreender algum ato negativo, como evitar em locais públicos, contra aquele indivíduo ritualmente marcado com sinais corporais, atualmente a desgraça³ vivida pelo indivíduo é quem ocupa essa preposição. “Atualmente, o termo [estigma] é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal.” (GOFFMAN, 2004. p.5)

Na atualidade frente a complexificação de nossas sociedades, diversificação de grupos sociais por identificações ideológicas, religiosas, territoriais etc. o fenômeno da estigmatização passa a ser associado de diversas formas, podendo ser empreendido por um grupo particular; seja por identificação coletiva ou consenso; para com outro grupo e vice versa, levando em consideração a já citada transformação do conceito de estigma na atualidade que considera a desgraça social como fator motriz para o preconceito.

Isso porque cada sociedade, grupo, organização ou outra qualquer categoria percebida no cotidiano estabelecem ligações de proximidades a partir de suas similaridades, interesses e, objetivos comuns, naturais ou forçadas pelo meio, se agrupando, se unificando, onde se estabelece que os outros grupos sociais que não partilham dos mesmos modos interesses e similaridades são considerados diferentes, enquanto grupos distintos, se tornam cada vez mais diferentes o quanto mais se tornam iguais entre si, porquê assim demarcam suas particularidades, que os aproximam e conseqüentemente se afastam dos demais. “A simples previsão de tais contatos pode, é claro, levar os normais e os estigmatizados a esquematizar a vida de forma a evitá-los. Presumivelmente, isso terá maiores conseqüências para os estigmatizados [...]” (GOFFMAN, 2004. p. 14)

Desta maneira toda e qualquer sociedade teria em seu interior a reprodução em maior ou menor escala manifestações como estas, aproximações entre os que

³ Embora o autor não traga nessa obra uma excepcional qualificação do termo ‘desgraça’, esse é segundo nossa interpretação uma referência direta ao sentido literal da palavra. Segundo o dicionário Michaelis o termo significaria: má sorte ou adversidade; desventura, infelicidade, infortúnio, mofina, tormento. (Michaelis, 2023. online)

comungam similaridades e distanciamento entre os considerados diferentes, embora cada qual dotada de suas particularidades, inclusive temporal já que cada momento da história representa uma ou mais formas de realidade materializada segundo a sobreposição de outras passadas. (SANTOS, 2003)

Quando nos referimos a estigmas falamos de um sentimento⁴ que pode ser categorizador, classificador, taxativo ou preconceituoso manifestado no momento em que grupos distintos, diferentes, carregados de suas respectivas identidades, seja modo de ser, viver, comportar, pensar, vestir, ouvir e morar, se chocam de alguma maneira seja mediado pelo ambiente os quais pertencem ou parecem pertencer por determinação do estereótipo, ou no espaço simbólico, no campo da política, do pensamento e das manifestações culturais. “A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias” (GOFFMAN, 2004. p. 5)

O autor, classificou o conceito de estigma em três diferentes definições: a partir da objetividade; da subjetividade e dos aspectos da identidade social de um indivíduo ou grupo de indivíduos, sendo eles:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo lugar, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família. (GOFFMAN, 2004. p. 7)

O que fica evidente na análise de Goffman (2004) é que os estigmas relacionados à objetividade como “as abominações do corpo” e à subjetividade, como “as culpas de caráter individual” são estigmas de caráter específico e pessoal na atribuição do preconceito, de maneira em que o indivíduo fisicamente marcado ou culpado pelas falhas em seu próprio caráter é quem sofreria com a estigmatização.

Contudo, essa individualização não descartaria a possibilidade do desenvolvimento de uma certa espécie de ampliação horizontal a outros indivíduos,

⁴ Por estar ligado também as particularidades humanas, pois embora o conceito tenha se consolidado por meio de uma análise social, o indivíduo humano em suas múltiplas perspectivas ainda é a base de qualquer manifestação social.

que estando em posição de proximidade a estes, manifestariam ou não similaridades, e logo padeceriam da mesma rotulação, considerando o fato de que se tratando de um fenômeno social seria impossível delimitar com grande precisão as fronteiras de suas manifestações.

Entretanto é no terceiro espectro “os estigmas tribais de raça, nação e religião” que se percebe com mais clareza o caráter generalizador da estigmatização, generalizador no sentido de uma reverberação mais direta, onde o alvo não é um único indivíduo e suas características individuais consideradas estigmatizantes, mas ao grupo todo (raça, religião, etc.) que se distingue em similaridades, físicas, simbólicas ou conjuntivas, ou seja, o grupo todo se torna alvo, mesmo que as manifestações do estigma possam ocorrer de forma individual, esse indivíduo responde pelo grupo.

Retomando a citação de Goffman, todos esses exemplos de estigmas, caracterizados por ele como estigmas sociais, incluindo aquele estabelecido pela concepção dos gregos, tem uma característica comum, um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido em uma relação social, detém ou manifesta um traço, que pode impor a atenção e afastar aqueles que encontram, levando a possibilidade de atenção para outros atributos seus, justo pelo fato de que pela reafirmação constante de toda a sociedade em que estamos inseridos aderimos, aprendemos e reproduzimos de forma consciente ou não a determinadas concepções já preestabelecidas no meio, que com o tempo passam a fazer parte de nós mesmos.

De forma geral:

O estigma é definido como “a situação do indivíduo que está inabilitado para a aceitação social plena” (GOFFMAN, 1988, p.7) [1] se constituindo em uma forma da sociedade categorizar as pessoas em seu conjunto total de atributos, permitindo-lhes se inserirem num ou noutro grupo, mas ao mesmo tempo, também inviabilizando sua participação em outros: “os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas” (GOFFMAN, 1988, p.12/13). (GOFFMAN apud RODRIGUES e ROCHA, 2015. p.1)

Por tanto a estigmatização está ligada a um imaginário social construído por determinado grupo e amplamente reproduzido por outros. Os autores já citados como Goffman (2004), Rodrigues e Rocha (2015) não são os únicos a explanarem sobre o domínio simbólico ocasionado pela força da reprodução do pensamento de

determinado grupo, que aqui definiremos como classe social, pois tão logo estamos tratando de uma sociedade capitalista, nesse sentido devo recorrer a Karl Marx e Friedrich Engels que na obra, *A ideologia Alemã* (2008), ressaltam por meio da análise materialista o domínio de uma classe sobre outras.

Sobre a égide da dominação, material e intelectual Karl Marx e, Friedrich Engels (2008), nos salientam que no mundo capitalista, determinado agente detentor de capital, seja o capitalista, só o é por dominar o meio material, logo tendo poder para dominar também o meio intelectual, e o faz para legitimar seus interesses frente a acumulação de capital e expropriação do trabalho, escreveram os autores:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. **A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante.** (MARX; ENGELS, 2008. p. 29, grifo nosso).

A tentativa aqui com o uso de trecho da obra marxiana é de fazer o exercício de refletir sobre as várias faces manifestadas por uma sociedade marcada pela divisão de classes, que parte de princípios materiais e econômicos, produzindo e reproduzindo a cidade as suas medidas, que são desiguais. Tão logo esse fator seria também base para os preconceitos de classe, seja, a medida em que morar em unidades habitacionais as quais posa-se perceber alta quantidade de dinheiro é socialmente dado como positivo, quando o processo se inverte, torna-se negativo moradias as quais não se é percebido grande valor embutido.

Ainda no âmbito das definições de estigmas, o sociólogo francês Loic Wacquant (2006) propõe uma quarta caracterização para o conceito, **o estigma territorial**⁵, objetivamente baseado na estigmatização e depreciação de determinado território e nas relações de desenvolvimento de fenômenos como a pobreza, marginalização, violência e criminalidade. Para o autor em princípio esse estigma estaria ligado a uma “concentração espacial da pobreza” manifestada sobretudo em

⁵ Grifo nosso

bairros de grandes centros urbanos conformados pós fim da era Fordista (1920/70)⁶, sendo um subproduto das transformações ocorridas no mercado de trabalho:

Nas décadas da expansão industrial do pós-guerra, a pobreza nas metrópoles estava genericamente distribuída pelos bairros das classes trabalhadoras e tendia a afectar um segmento de trabalhadores manuais e desqualificados. Por contraste, a nova marginalidade mostra uma clara tendência para se aglomerar e fundir em torno de um “núcleo duro”, de áreas “paralisadas” que são claramente identificadas – pelos seus próprios residentes, tanto ou mais pelos forasteiros – como abismos urbanos onde abundam a privação, a imoralidade e a violência, onde apenas os rejeitados da sociedade poderiam pensar em viver. (WACQUANT, 2005. p.65)

A categoria território introduzida pelo autor, ganha ênfase, pois, espaços conflituosos criados pela sociedade numa relação entre o físico e simbólico, dinamizados pelas redes de conexões interpessoais, estabelece entre outros padrões sociais, também perfis humanos de quem provavelmente ocupa, frequenta, utiliza, determinado espaço, mesmo que sua devida caracterização só exista no imaginário.

A categoria território pode ser entendida em nosso exercício de reflexão, sobre a relação deste conceito ao de estigmas, como a base socioespacial para tais manifestações. Roberto Lobato Corrêa (2004) argumenta que os mitos que constituem parte do imaginário social desempenham papel significativo na existência e reprodução de diferentes grupos sociais, para ele o conceito território, “derivado de espaço, é produto da apropriação de um dado segmento do espaço por um dado grupo social” (CORRÊA, 2004. n.p)

No livro, Mito da Desterritorialização, Rogério Haesbaert (2004) argumenta que o conceito território, central na Geografia, diz respeito a espacialidade humana e por isso teria construído raízes no interior de outras ciências, cada qual com seu enfoque particular, onde a concepção de território muda conforme a priorização das questões abordadas sendo que em muitos casos nem se quer é explícito a concepção adotada. Para o autor o geógrafo tende a enfatizar a dimensão material do território em múltiplas dimensões.

⁶ [...] era fordista, definida pela produção industrial estandardizada, pelo consumo de massas e pelo contrato social keynesiano [...] sob a tutela do Estado de bem-estar social. (WACQUANT, 2005. p. 60)

A adição da categoria territorial permitiu uma ampliação nas possibilidades de análises do espaço urbano e da identidade do ser social⁷, abrindo caminhos inclusive para a Geografia que está também sob a grande área das ciências humanas e goza do conceito território, constituído como palco das dinâmicas e contraditórias relações de poder entre agentes no espaço, como um dos quatro conceitos fundantes do espaço geográfico, que é o objeto de análise dessa ciência.

Além disso a incorporação do conceito de território ao de estigma, que culminou em **estigmas territoriais**, lança uma nova forma de compreensão e análise do fenômeno da estigmatização elaborado por Goffman (2004) partindo agora de um viés material. O estigma territorial produzido originalmente pelo autor Loïc Wacquant (2006) para compreender manifestações de cunho estigmatizantes sobre territórios específicos, que são bairros de algumas cidades analisadas, demonstra também intrínseca relação dos stigmas territoriais com a produção do espaço urbano.

Dentre os três tipos de stigmas categorizados por Goffman (2004), “os stigmas de raça nação e religião” são os que mais se aproximam do estigma territorial elaborado por Wacquant (2006) entre suas similaridades estão a possibilidade de ser transmitido por linhagem, e atingir a todos os membros familiares de forma horizontal, mas em específico pode ser facilmente anulado no momento de uma mobilidade geográfica, de modo que se mudar de região ou bairro pode denotar uma ressignificação da imagem do indivíduo.

Desta maneira o conceito de estigma territorial é o que melhor apresenta um caminho analítico para a realização dos objetivos propostos nesta pesquisa, a fim de que possamos observar esse processo de estigmatização atrelado aos conjuntos residenciais Novo Oeste e Orestinho no município de Três Lagoas. Frutos do maior programa de habitação popular da história do Brasil, o Minha Casa Minha Vida (PMCMV), bem como seus desdobramentos na vida e cotidiano de seus moradores, que não poderiam deixar de serem visibilizados em nossa análise.

A relevância deste trabalho se dá, pois, ao se considerar o território da cidade como simbólico e material, de forma que suas nuances sejam dinamizadas entre os dois aspectos, e os problemas urbanos e sociais também, como é o caso do estigma territorial, os conjuntos residenciais citados receberam do poder público seus

⁷ A identidade social segundo entendimento da obra de Goffman (2004) refere-se ao conjunto de atributos e características manifestadas por determinado indivíduo ou grupo, apresentadas a outrem.

respectivos nomes oficiais, no entanto é o imaginário social quem atribuiu nome e significado relevante, os conjuntos Novo Oeste e Orestinho são conhecidos como “Predinhos” adaptados ao linguagem popular “Predim”.

O termo carrega um teor simbólico perceptível para quem os considera em dada relação ou diálogo, embora seja uma referência direta ao padrão arquitetônico das moradias, torres de um a dois andares, que em si, já são um diferencial considerando a homogeneização de casas enquanto padrão construtivo da cidade.

Almeida e Bezerra (2019) destacam a condição vertical dos conjuntos Novo Oeste e Orestinho em Três Lagoas como um dos fatores que os diferem das tipologias de moradia na cidade que em geral é horizontalizada, onde projetos de habitação mais antigos priorizaram este padrão. Os autores apontam ainda que as moradias destinadas às pessoas com renda de zero à três salários mínimos, geravam custos adicionais não condizentes com a realidade dos cidadãos.

Os conjuntos habitacionais verticais, pertencentes ao Programa de Subsídio Habitacional – PSH, para candidatos com renda de zero a um salário mínimo, possuem particularidades que geram gastos adicionais de infraestrutura interna, pois são conjuntos habitacionais em formato de espaços residenciais fechados [...] (ALMEIDA e BEZERRA, 2019)

Outro diferencial apresentado pelos autores Almeida e Bezerra (2019) na citação, é a caracterização destes conjuntos como fechados, ocasionando gastos extras as famílias contempladas, mas sobretudo destoando ainda mais da tipologia horizontal dominante na cidade. Neste sentido Carlos (2011) contribui a esse debate com sua análise sobre a produção do espaço urbano.

Se de um lado da cidade estão favelas onde não é expressa a propriedade privada, de outro lado condomínios de luxo com casas de alto padrão cercados de muros altos cobertos de cerca elétrica e concertinas, nos mostram que o reproduzir da cidade é desigual e contraditório, e que logo por trás desta cidade vigora uma sociedade que é produto da desigualdade social, a cidade então seria produto apropriado de forma diferente pelos cidadãos. “O processo de reprodução espacial envolve uma sociedade hierarquizada, dividida em classes, produzindo de forma socializada para consumidores privados” (CARLOS, 2011.p. 23)

Loic Wacquant (2006) cita casos como a *Cité du Mirail* na França, e o *Bronx* em Chicago, como exemplos da materialização do processo de estigmatização

territorial, afirma que facilmente pode-se encontrar grandes metrópoles que elegem certos infernos urbanos, lugar de vícios, abandono e perigo, podendo ser qualquer tipo de aglomeração mesmo de concentrações de residenciais de habitação social.

Observa-se que parte dos exemplos tratados pelo autor se referem a bairros que se consolidaram como operários sobretudo no caso europeu, desta forma considerando que mediante a uma sociedade capitalista, organizada e produzida sobre a divisão de classes sociais, que o grupo de moradores pertencente às classes de menores rendimentos da sociedade, em suma operários, teriam uma certa “predisposição” a sofrerem com a estigmatização de cunho territorial, sobre seus lugares de moradia, pelo justo fato de acabarem delegados a lugares propensos a problemas ligados a pobreza.

Que esses lugares estejam ou não deteriorados, sejam ou não essencialmente composta por pobres, minorias e estrangeiros, tem pouca importância, no fim das contas: a crença preconceituosa de que assim são basta para engendrar consequências socialmente nocivas. (WACQUANT, 2006. p .29)

E essas ideias, verdadeiros ideias do sistema, são reproduzidos também no discurso que atinge amplamente as sociedades, de forma hegemônica, que culmina nos preconceitos de classe e no estigma territorial, que podemos afirmar serem amplamente similares, dados os termos aqui já apresentados.

Para Wacquant (2006) a estigmatização territorial também pode ser aferida por parte do poder e de políticas públicas, que ao aderirem ao sentimento de rotulação generalizado, facilmente se abstém de seus deveres, frente aos direitos dos moradores e as consequências, quando não objetivo, podem ser uma marginalização maior ainda.

Para Machado da Silva (2008 *apud* Bezerra, 2011), os territórios vividos marcados pela situação social de pobreza urbana, são os principais alvos de intervenções estatais, pois seriam habitados por segmentos pauperizados da população, que exigiriam medidas socioassistenciais do Estado e intrinsecamente são reconhecidos como lugares de manifestação de uma violência descontrolada, o que requisitaria do Estado o endurecimento de medidas de repressão e punitivas.

Para nosso objeto de estudo em específico essa relação de ambiguidade pode explicar a conjuntura para com os conjuntos, pois se por um lado pode-se considerar

avanços notáveis do ponto de vista da infraestrutura pública, como a construção de unidades escolares, de saúde, lazer e práticas esportivas no bairro, onde se encontram os conjuntos habitacionais, ações policiais voltadas a furtos, roubos e sobre tudo ao tráfico de drogas e apreensão de ilícitos na região são sempre superdimensionadas quando em relação com outras partes da cidade.

Quanto a infraestrutura pública se considerado o histórico de crescimento da cidade o motivo pode ser duplo, pois se contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população, e para a efetivação do direito a cidade, beneficiam ao capitalismo rentista e a especulação imobiliária dos grandes vazios urbanos que se formaram entre parte mais densa do tecido urbano e os conjuntos, tema que abordaremos no próximo capítulo.

2.0 INDUSTRIALIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO EM TRÊS LAGOAS/MS

Para Lefebvre (1991) o processo de industrialização se estabelece como agente social indutor, que exerce centralidade nas transformações ocorridas na sociedade, para tanto a urbanização, que se constitui como processo induzido, e as problemáticas que envolvem o urbano, são frutos do complexo e violento histórico entre essas realidades, a urbana e, a industrial. Atualmente ambos os processos podem se configurar como indutores e/ou induzidos, sendo distintos, entretanto combinados.

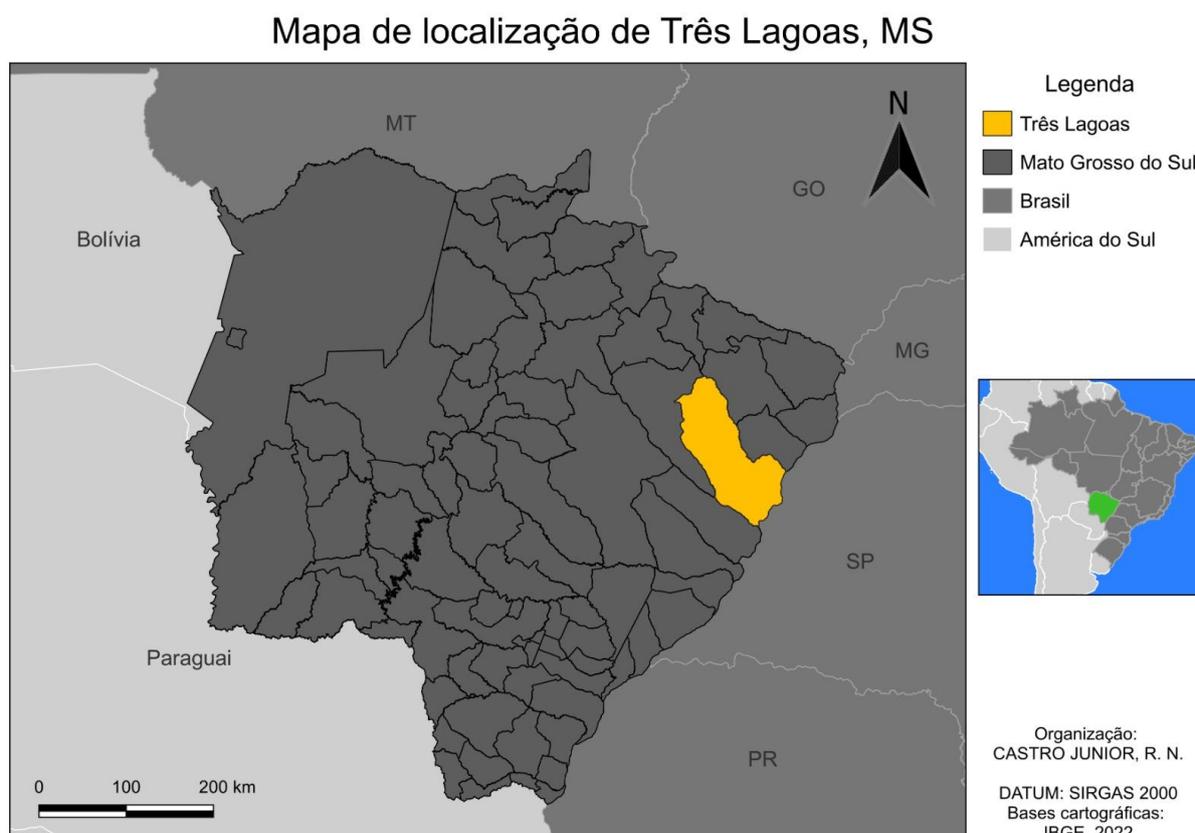
Aliado à urbanização e ao aumento populacional o processo de industrialização é bastante complexo, e tem provocado reações diferenciadas no sentido de sua relação com o urbano e, a cidade, como destaca Lefebvre (1991) quando afirma que industrialização não cria somente empresas, em seu sentido amplo, operários e chefes, mas uma diversidade de estabelecimentos, como centros bancários, financeiros, técnicos e políticos, ocasionando grandes reestruturações no espaço urbano ou não, controlado pelo capital, que por sua vez é controlado por empresários, e esses são os controladores da indústria.

Ainda que urbanização e industrialização sejam processos distintos, há uma profunda imbricação entre ambos, já que o processo de industrialização, ao definir a urbanização, contribui para a ampliação expressiva dos papéis urbanos. (SPOSITO, 2006 *apud* BARATELLI e MILANI, 2019. p. 78)

Tal imbricação pode ser evidenciada também no município de Três Lagoas/MS, o qual passou por diversas transformações de cunho industrial e urbano nas últimas décadas.

Três Lagoas está localizada a leste do estado de Mato Grosso do Sul e faz fronteira com o estado de São Paulo, (Figura 1), detém o terceiro maior PIB *per capita* do estado, aferindo R\$ 85.297,87 em 2019, com população uma população de 132.152 habitantes em 2022, de acordo com o Censo recém divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) obtendo a terceira posição em relação ao estado.

Figura 1 - Mapa de localização do município de Três Lagoas - MS



Fonte: CASTRO, Junior R. N., 2023.

A cidade teve em sua história um processo de urbanização por vezes atrelado à industrialização e a grandes empreendimentos, no início do século XX a NOB (Ferrovia Noroeste do Brasil, 1906) exerceu papel central na urbanização do município em seguida destaca-se a construção estatal da Usina Hidrelétrica de Jupia (UHE Engenheiro Souza Dias) entre as décadas de 1960-1974 (CTG BRASIL), como sendo um dos primórdios de um significativo adensamento habitacional da cidade e da região.

A produção do espaço urbano de Três Lagoas é caracterizada por períodos históricos específicos (ALMEIDA, 2011). A conformação da cidade possui estreitas ligações com fatos históricos que impulsionaram não somente a formação do núcleo, mas também a produção do espaço, tais como: bandeirantismo, mineração, expansão da pecuária, avanço da fronteira agrícola, construção de ferrovias, construção de usinas hidrelétricas (MILANI, 2018) e mais recentemente o avanço da industrialização, este último com maiores

impactos na produção do espaço urbano. (ALMEIDA e BEZERRA, 2019)

Em meados da década de 2000, a região conhecida como Bolsão-Sul-Mato-Grossense⁸ se torna objeto de especulação da agroindústria do setor de florestas-celulose-papel, em março de 2009 foi inaugurada uma grande unidade fabril da então empresa Fibria, nascida da fusão entre Aracruz Celulose e Votorantim Celulose e Papel, unificada e incorporada a Suzano S.A em 2018 (Época, 2022, online) foi instalada a cerca de 30 km da cidade de Três Lagoas, ainda em seu município, atualmente a Suzano mantém no município 6 mil postos de trabalho nas operações industrial e florestal. (MAIS FLORESTAL, 2023, online)

Após a conclusão de suas obras de ampliação em 2017, que geraram mais de 40 mil empregos em toda cadeia produtiva, ao longo de 27 meses, a unidade passou a ter uma capacidade de produção de 3,25 milhões de toneladas de celulose por ano, o que faz a unidade do município a maior fábrica do mundo neste ramo. (ABERJE, 2017, online)

Em 2012 após 2 anos de movimentadas obras foi inaugurada no município a fábrica também de papel e celulose da empresa Eldorado Brasil, um empreendimento do grupo J&F Investimentos uma holding brasileira criada em 1953 pertencente à família Batista que controla outras empresas como a JBS. Atualmente a empresa mantém cerca de 5,4 mil funcionários no Brasil e em seus escritórios internacionais, com uma capacidade de produção instalada de 1,7 milhão de toneladas de celulose por ano, a unidade é a maior em produção em linha única no mundo. (ELDORADO BRASIL, 2023, online)

Diante da implantação dessas duas grandes empresas do ramo de florestas, celulose e papel no município, obteve-se nas últimas duas décadas em especial (2000-2020), um grande aumento populacional relacionado à incrementação do mercado, uma vez que grandes empreendimentos como esses demandam de muita mão de obra, o que refletiu em dezenas de milhares de operários em processo de migração para a cidade, sobretudo contratados por empresas terceirizadas da construção civil, empregando pessoas do entorno regional, como afirmam as

⁸ Constituída pelos municípios de Água Clara, Aparecida do Taboado, Brasilândia, Cassilândia, Chapadão do Sul, Inocência, Paranaíba, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Três Lagoas.

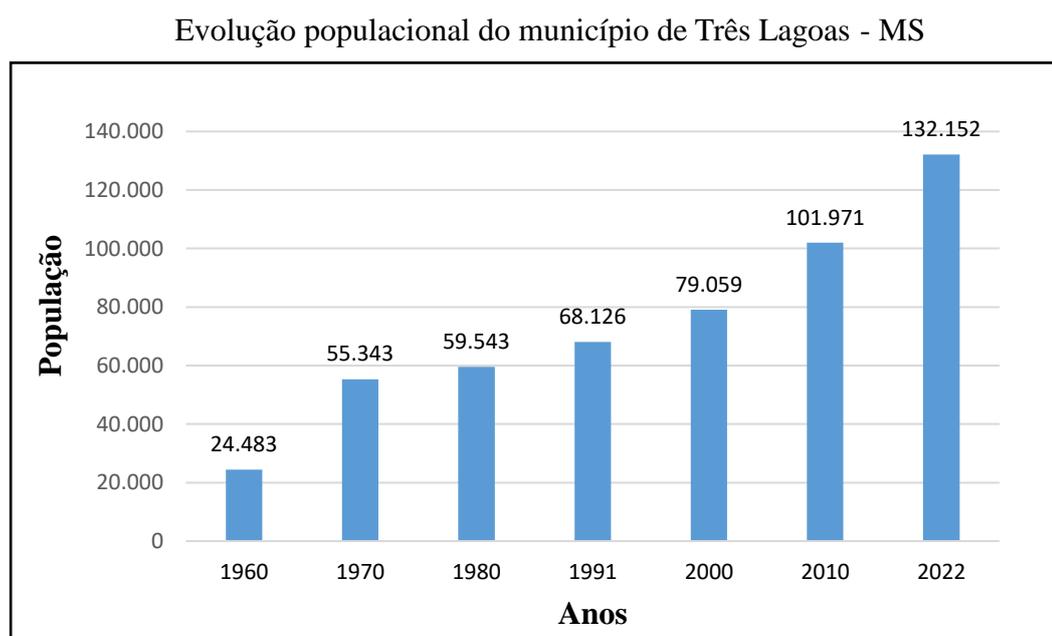
empresas Eldorado Brasil e Suzano, mas também de diversas regiões do país, durante as obras que se escalonaram em pelo menos uma década.

Já nos campos de eucalipto (madeira utilizada para a produção de celulose) espalhados dentro e fora do Bolsão-Sul-Mato-Grossense, a maior parte dos empregos estão ligados ao trabalho braçal na realização do manejo florestal, dessa forma pode-se supor que alguma parcela dos trabalhadores ora terceirizados da região ou não, foram efetivados, como no caso da incorporação da empresa Florestal Brasil S/A pela Eldorado Brasil em 2011, que culminou na consolidação de seu parque florestal como afirma a própria indústria (ELDORADO BRASIL, 2023, online)

Para se ter ideia da dimensão estrutural desse processo, em 2021 a Lei nº 14.142, de 19 de abril, conferiu à cidade o título de Capital Nacional da Celulose, e frente a consolidação destas agroindústrias há o surgimento de várias outras empresas e negócios secundários ligados direta ou indiretamente à produção de florestas, celulose e papel.

Em resposta ao grande estímulo econômico e industrial, a população em Três Lagoas saltou de 79.059 habitantes no ano 2000, para mais de 101.000 em 2010, e 132.152 habitantes em 2022. (IBGE, 2022)

Figura 2 – Gráfico: evolução populacional do município Três Lagoas - MS



Fonte: IBGE, 2023

Em observação a figura 2 é possível identificar o estabelecimento de um aumento populacional abrupto em Três Lagoas, entre 1960 – 1970, década em que se estabeleceu a construção da Usina Hidroelétrica de Jupiá o aumento de 30.086 mil habitantes representa um salto de 56% no número da população. Entre 1970 e 2000 o aumento de 23.716 habitantes em três décadas representou 29,9% de crescimento populacional, apresentando um aumento gradual.

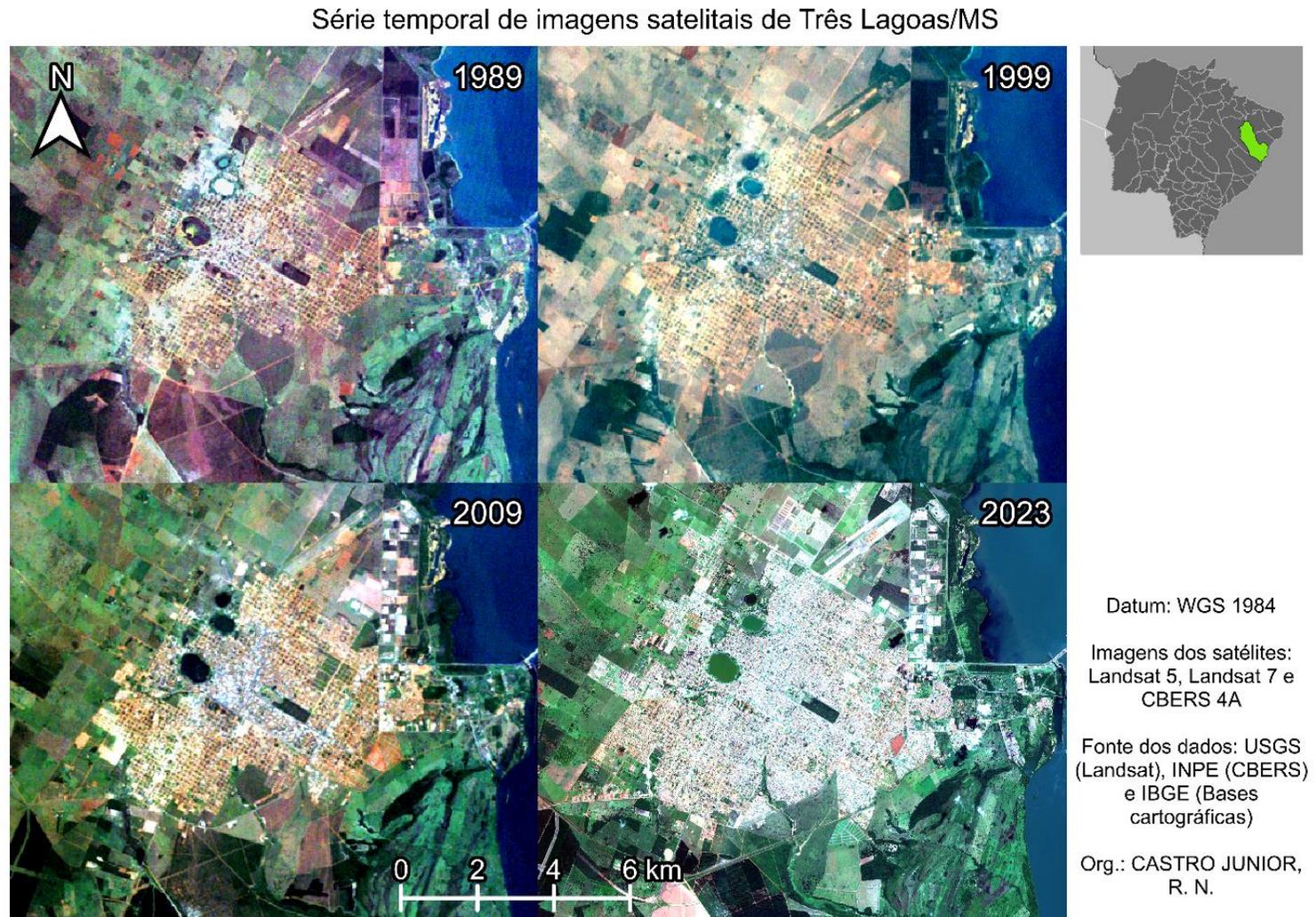
Já entre 2000 e 2022, há outro aumento populacional significativo tanto em porcentagem, como em números absolutos, é o período que marca o início do estabelecimento da economia agroindustrial do setor de florestas-celulose-papel no município, o aumento foi de 53.592 habitantes, 29,5%, em vinte e dois anos.

Sobre o crescimento vertiginoso da população do município de Três Lagoas - MS, as autoras Delcol e Milani (2022) apontam como consequências as diferentes formas de produção do espaço urbano.

Nesse contexto, Três Lagoas vivencia mudanças econômicas, sociais, ambientais e culturais. Dentre as consequências desse processo, vale destacar a expansão acelerada do tecido urbano, que vem aumentando as áreas periféricas, de um lado formadas pela consolidação dos conjuntos habitacionais (porções sul e sudoeste), resultantes sobretudo de políticas habitacionais estaduais e federais, articuladas ao poder municipal, ampliando as desigualdades sociais e territoriais, averiguadas por meio da segregação socioespacial. E, no outro extremo das áreas periféricas (área norte), a segregação socioespacial é acirrada pela construção dos condomínios fechados voltados aos segmentos de médio e alto padrão econômico. (DELCOL e MILANI, 2022. p. 104)

O tecido urbano cresceu exponencialmente ao longo do tempo como é possível observar na figura 3, em virtude dos processos já apresentados que incrementaram o mercado imobiliário, na produção de novos bairros e loteamentos. Como já dito por Lefebvre (1991) o processo de industrialização e urbanização é complexo e gera reações diferenciadas como ressalta Spósito (1996).

Figura 3 – Mapa da série temporal da malha urbana de Três Lagoas – MS



Fonte: CASTRO, Junior R. N, 2023

Como apresentado pelas autoras Delcol e Milani (2022) o tecido urbano da cidade de Três Lagoas apresentou crescimento acelerado em face das mudanças econômicas, ambientais, sociais e culturais, onde destaca-se a produção de áreas periféricas, como na porção sul e sudoeste marcada pela construção de conjuntos habitacionais populares, articulados pelo poder público e a construção de condomínios fechados de médio e alto padrão na porção norte da cidade, voltada aos segmentos da população mais abastarda financeiramente.

O fato das disparidades na tipologia das moradias, parece findar a divisão entre região norte, caracterizada pela proximidade com o rio Paraná, estando localizado o aeroporto municipal e shopping center, e região sul, conhecida popularmente como “depois da linha⁹”, marcada por alguns dos bairros com menor infraestrutura urbana, regiões violentas, e mais recentemente escolhida para abrigar, alguns projetos de moradia popular, como o próprio caso dos conjuntos residenciais verticais Novo Oeste e Orestinho.

2.1 Sobre a moradia

Mediante essa diversidade de fatores que estruturam, produzem e transformam os espaços urbanos, como: industrialização, migração, urbanização acentuada, é preciso pensar nos problemas desencadeados por esses processos em relação ao acesso à moradia e o direito à cidadania.

Certo que todos esses fatores e indicadores são antes de mais nada frutos da dinâmica do sistema capitalista que impera em todo o mundo, logo a reprodução do espaço urbano está condicionada às contradições do próprio sistema, e a expressão de classes. “A maior evidência da apropriação capitalista da cidade é a existência da propriedade particular do solo, da habitação e dos meios de produção” (SPÓSITO, 1996)

Ainda segundo Spósito (1996), se há quem possui um terreno, uma casa, há que possui dezenas de imóveis, logo os proprietários de grandes parcelas do território, aqui já tratados como rentistas e/ou especuladores imobiliários, acabam por determinar o preço, do metro quadrado, do solo, ou aluguel, determinando também o

⁹ Pelo fato de um trecho da ferrovia noroeste do Brasil (NOB) cruzar o tecido urbano de Três Lagoas até recentemente, é comum ouvir de moradores até os dias atuais, a referência do lado sul da cidade como “depois da linha” ou termos parecidos.

crescimento da cidade, não somente por serem proprietários, mas por fazerem parte de organismos que definem a cidade, como o meio político.

Assim pode-se dizer que intrínseco ao processo de expansão industrial, econômica, populacional e da malha urbana da cidade, o controle capitalista das terras e imóveis urbanos, intensificaram as dificuldades no acesso a moradia, considerando a majoração de preços, frente ao maior objetivo do sistema capitalista que é a obtenção de lucros, daí diversas dificuldades podem e vão se tornando parte da rotina dos cidadãos, como exposto pelo autor a seguir.

Na sociedade capitalista, a exclusão até do direito de cidadania por parte daqueles que não possuem parcela do território, provoca o surgimento de reações diferenciadas. Em muitos casos as famílias deslocam-se para a periferia das cidades, em busca de aluguel ou terreno mais barato, aumentando sua distância dos locais de emprego e do centro da cidade, o que leva a maior perda de tempo nos deslocamentos para o trabalho, provocando o cansaço e desgaste físico. (SPOSITO,1996. p. 60-61)

O país registra um déficit habitacional total de quase 6 milhões de unidades anualmente entre 2016 e 2019, se concentrando na faixa de renda de até 5 salários mínimos condição econômica de 98% das famílias. A medida adotada pelo IBGE para mensurar a questão habitacional em completude, engloba compreender e distinguir o déficit quantitativo e déficit qualitativo.

Enquanto o déficit habitacional ou déficit quantitativo pode ser entendido como “a noção mais imediata e intuitiva da necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, online). O déficit qualitativo ou inadequação de moradias se configura como “A inadequação de moradias, por outro lado, reflete problemas na qualidade de vida dos moradores: não está relacionada ao dimensionamento do estoque de habitações e sim às suas especificidades internas. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, online).

Os números do déficit habitacional, entre qualitativo e quantitativo, são dados pela soma de cinco subcomponentes segundo a Fundação João Pinheiro (2021. p. 4-9) são eles:

Domicílios rústicos: Aqueles que não apresentam paredes de alvenaria, ou são construídos com madeira emparelhada, ocasionando devido desconforto e exposição a doenças frente a insalubridade do local onde foram construídos.

Domicílios improvisados: Locais construídos para fins não residenciais e utilizados como habitação, a exemplo de pontes e viadutos.

Unidades domésticas conviventes déficits: Unidade Habitacional onde residem ao menos quatro pessoas e, mais de um núcleo doméstico composto por duas pessoas, que tenham ligação de descendência com a pessoa referência do domicílio, além de densidade de mais de duas pessoas por cômodos que estejam servindo como dormitório.

Domicílios identificados como cômodos: Quando famílias inteiras se agrupam no mesmo cômodo de um domicílio, que geralmente só contém um espaço.

Domicílios identificados com ônus excessivo de aluguel urbano: Quando uma família urbana moradora de casa ou apartamento com renda domiciliar mensal de até 3 salários mínimos, empregam mais de 30% com o pagamento de aluguel.

Na tabela 1, extraída da cartilha produzida pela Fundação João Pinheiro (2021, p. 11), pode-se observar os componentes e a evolução de seus respectivos dados ano-a-ano no Brasil.

Tabela 1: Déficit habitacional no Brasil de 2016 a 2019

ESPECIFICAÇÃO	ANO			
	2016	2017	2018	2019
Habitação Precária - Total	1.296.754	1.490.695	1.423.686	1.482.585
Rústicos	760.264	801.668	711.303	696.849
Improvisados	536.490	689.027	712.383	785.736
Coabitação - Total	1.546.103	1.527.259	1.400.701	1.358.374
Cômodos	137.223	117.378	99.546	96.968
Unidades Conviventes	1.408.880	1.409.882	1.301.155	1.261.407
Ônus excessivo aluguel urbano	2.814.391	2.952.708	3.045.653	3.035.739
Déficit habitacional - Total	5.657.249	5.970.663	5.870.041	5.876.699

Fonte: Fundação João Pinheiro (FJP), 2021.

Segundo material produzido pelo governo do estado de Mato Grosso do Sul 'Indicadores habitacionais em Mato Grosso do Sul - 2014' publicada neste mesmo ano que reúne dados do censo demográfico do IBGE de 2010 e da Fundação João Pinheiro, em números absolutos o déficit habitacional em Três Lagoas em 2010 era de 3.545 unidades: em situação de coabitação 1.430, entre 1.405 unidades urbanas e 25 rurais; 254 na condição de precariedade sendo 189 urbanas e 65 rurais; em condição de ônus excessivo com aluguel urbano 1.655; adensamento excessivo com aluguel urbano, uma variação da sub classificação de unidades conviventes, onde somente se considera domicílios alugados e com mais de três moradores por dormitório, 206 unidades urbanas e zero no campo.

Por renda a situação econômica das famílias em porcentagem aproximada era de: 2,9% sem renda, 103 unidades; 59,4% de 0 a 3 salários mínimos (SM), 2109 unidades; 13,4% de 3 a 6 SM, 478 unidades; 18,4% de 6 a 10 SM, 653 unidades; 5,6% mais de 10 SM, 202 unidades. Na tabela 2 esses dados foram sistematizados os dados mais recentes obtidos sobre o déficit habitacional de Três Lagoas, afim de possibilitar melhor observação¹⁰.

¹⁰ É importante destacar que não foi possível a construção de um histórico de dados para fins de análise temporal e comparação, devida a dificuldade de encontrar dados de déficit habitacional pertinentes ao município de Três Lagoas.

Tabela 2: Déficit habitacional em Três Lagoas-MS, 2010

Urbano		Rural		Total
3.455		90		3.545
POR RENDA				
Sem Rendimento	De 0 a 3 SM	De 3 a 6 SM	De 6 a 10 SM	10 ou mais SM
103	2.109	478	653	202
POR COMPONENTE				
Coabitação				
Urbano		Rural		Total
1.405		25		1.430
Domicílio precário				
Urbano		Rural		Total
189		65		254
Adensamento excessivo de domicílios alugados				
Urbano		Rural		Total
206		0		206
Ônus excessivo de aluguel urbano				
1.655				

Fonte: Mato Grosso do Sul, 2014

As informações da tabela 2, correspondem ao ano de 2010, seja, cerca de um ano após o início das obras dos conjuntos habitacionais verticais de interesse social (2009), e do início da operação da fábrica de celulose da empresa Fibria (2009). Neste mesmo ano (2010) a população do município ultrapassou a marca de 100 mil habitantes, tendo ganhado 20 mil novos moradores apenas na última década (2000 - 2010), portanto, mesmo que sejam dados oficiais e de importante conhecimento, apresentam-se desatualizados frente aos inúmeros fenômenos já apresentados e que alteraram a forma e conteúdo tanto do estado de Mato Grosso do Sul, e mais especificamente em Três Lagoas.

A situação do município foi então classificada na categoria “médio alto” segundo as condições estipuladas pela SEHAC (Secretaria de Estado de Habitação e Cidades) e AGEHAB (Agência de Habitação popular de Mato Grosso do Sul) tendo em vista os parâmetros do Estado de MS, ficando atrás apenas das três outras maiores cidades

do Estado. Já em déficit habitacional relativo o número corresponde a 11% dos domicílios do município, posição classificada como “média” com base nos parâmetros adotados.

Além disto, quanto à habitação em Três Lagoas, os indicadores apresentados pelo IBGE (2021) apontam a existência na cidade de favelas, loteamentos irregulares e/ou clandestinos, ocupações de terrenos ou prédios por movimentos de moradia, entre outras tipologias habitacionais semelhantes que são diretas ou indiretamente consequências da urbanização.

As moradias para serem consideradas adequadas permitindo o pleno desfrute por seus moradores deveriam segundo o Comentário Geral nº 4 sobre o Direito à Moradia Adequada do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (BRASIL - SDH/ PR, 2013. p 34), atender a elementos, que elevassem a qualidade material dos imóveis, além de proporcionar qualidade de vida aos moradores.¹¹

Ainda sobre a moradia, a Constituição Federal de 1988 a assegura como direito fundamental, embora não a defina excepcionalmente. A moradia é essencial para a manifestação e, realização das atividades humanas das mais básicas até a constituição de uma vida digna, Souza *apud* Bernardi e Meda (2017) ressalta que a moradia é inerente ao ser humano, e é a essência do indivíduo, de modo que sem ela

¹¹ Segundo o documento elaborado pela Secretária Nacional de Direitos Humanos junto ao Governo Federal publicado em 2013, esses elementos seriam:

Segurança jurídica da posse: Independentemente do tipo de posse, todas as pessoas deveriam possuir um grau de sua segurança, o qual garanta proteção legal contra despejos forçados, pressões incômodas e outras ameaças.

Infraestrutura de serviços e materiais: Todos os beneficiários do direito à habitação adequada deveriam ter acesso sustentável a recursos naturais e comuns, água apropriada para beber, energia para cozinhar, aquecimento [...]

Gastos suportáveis: Os custos financeiros de um domicílio associados à habitação deveriam ser a um nível tal que a obtenção e satisfação de outras necessidades básicas não sejam ameaçadas ou comprometidas.

Habitabilidade: A habitação adequada deve ser habitável, em termos de prover os habitantes com espaço adequado e protegê-los do frio, umidade, calor, chuva, vento ou outras ameaças à saúde, riscos estruturais [...]

Acessibilidade: Habitações adequadas devem ser acessíveis àqueles com titularidade a elas. A grupos desfavorecidos deve ser concedido acesso total e sustentável a recursos de habitação adequada.

Localização: A habitação adequada deve estar em uma localização que permita acesso a opções de trabalho, serviços de saúde, escolas, creches e outras facilidades sociais.

Adequação cultural: A maneira como a habitação é construída, os materiais de construção usados e as políticas em que se baseiam devem possibilitar apropriadamente a expressão da identidade e diversidade cultural da habitação. (BRASIL - SDH/ PR, 2013. p. 34-37)

outros direitos, como a vida, e a liberdade não poderiam se estabelecer de forma plena.

Concomitantemente aos problemas sociais enfrentados pela população frente às dificuldades ao acesso à moradia e seus desdobramentos, o Estado Brasileiro, desenvolveu programas de habitação como o Banco Nacional da Habitação (BNH), embora depois de sua extinção, após 22 anos de existência, pelo Decreto-Lei nº 2.291, de 21 de dezembro de 1986, do então presidente da República José Sarney, o Brasil passou por um longo período sem programas a nível federal desse tipo. Segundo VALADARES e HOFFMANN (2009) o banco deveria ser o gestor e financiador de uma política destinada a “promover a construção e aquisição da casa própria, especialmente pelas classes de menor renda” [...]

Com a extinção do BNH em 1986, houve um hiato de mais de vinte anos sem nenhuma política pública de habitação a nível federal, sendo retomada por meio do Minha Casa Minha Vida (PMCMV), um dos mais atuais e conhecidos programas federais de habitação e financiamento imobiliário instituído em 2009 sob a Lei 11.977/2009, pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, substituído em 2020 por Jair Bolsonaro, o então presidente, pelo programa Casa Verde e Amarela, e retomado em 14 de fevereiro de 2023, pelo atual presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, com a entrega de 2.745 unidades habitacionais em Santo Amaro na Bahia.

Assim no seu primeiro período de implantação (2009 - 2020) para as famílias com renda mensal menor que R\$1.800,00 condição intitulada de ‘Faixa 1’ era preciso se inscrever na prefeitura de sua cidade ou numa entidade organizadora para iniciar o processo de seleção, ficando sob responsabilidade do poder público juntamente com a Caixa Econômica Federal (Banco estatal responsável pela operacionalização financeira e contratual do programa MCMV), a organização dos empreendimentos como a construção de conjuntos habitacionais, para essa condição o financiamento poderia ser feito em até 120 meses, com prestações mensais que variam de R\$ 80,00 a R\$ 270,00, conforme a renda bruta familiar, sendo a garantia para o financiamento o próprio imóvel. (CEF, 2020)

Os requisitos, no entanto, são bastantes restritivos para essa condição, dentre eles:

Não ter recebido benefício de natureza habitacional oriundo de recursos orçamentários do município, dos Estados, da União, do FAR, do FDS, ou de descontos habitacionais concedidos com recursos do FGTS, excetuadas as subvenções ou descontos destinados à aquisição de material de construção para fins de conclusão, ampliação, reforma ou melhoria de unidade habitacional. (CEF, 2020)

Já para as famílias com renda superior a R\$1.800,00 a contratação de financiamento pelo programa poderia ser feita além da inscrição numa entidade organizadora, também de forma individual, buscando um correspondente Caixa, para dar início ao processo, não dependendo de projetos de habitação social, funcionando nesse caso como fomento aos mercados da construção civil e imobiliário.

Segundo a Prefeitura Municipal de Três Lagoas (2013) os empreendimentos realizados pelo programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em conjunto com o governo estadual e municipal, subsidiaram a construção de dois conjuntos habitacionais verticais, nomeados de Novo Oeste e Orestinho entregues a partir de 2013, sendo a última etapa em outubro de 2016, que beneficiaram 2,656 mil famílias da cidade.

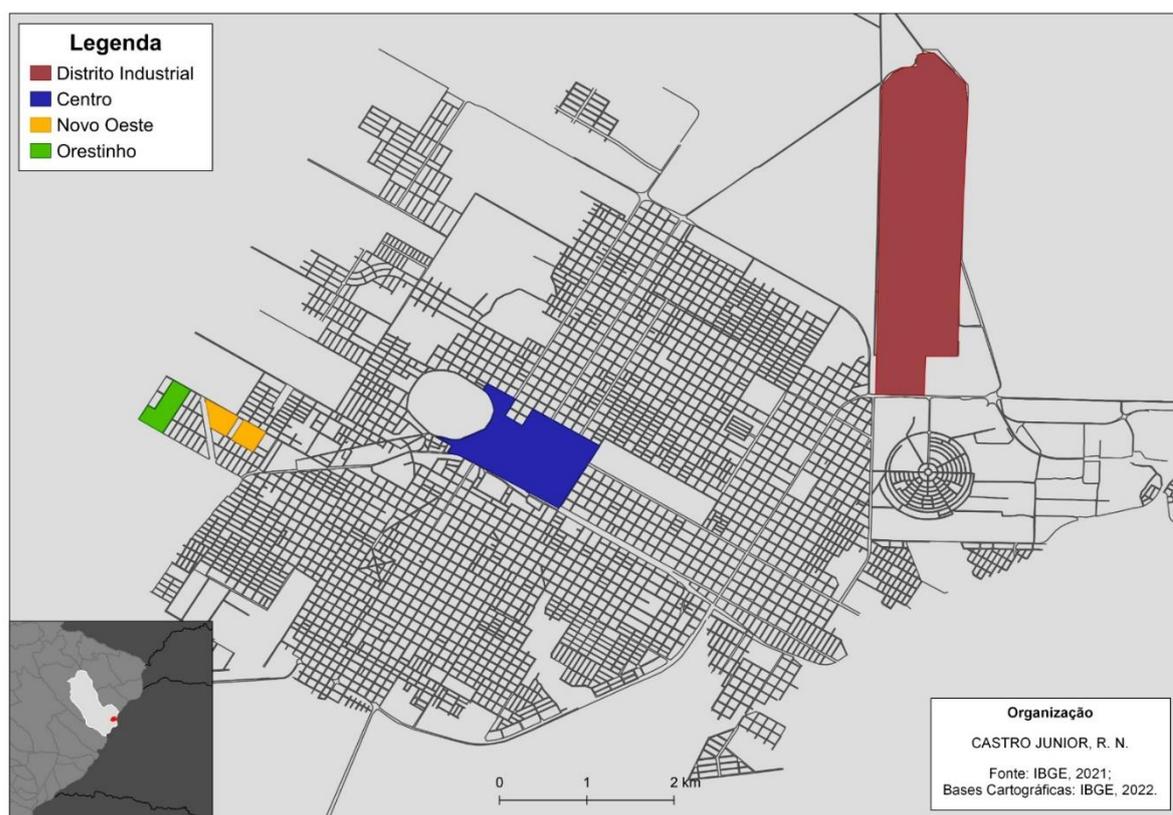
Os conjuntos habitacionais foram construídos, até então, em uma área periférica, de difícil acesso a cidade, seu acesso principal se dá apenas pela rua Angelina Tebet, que segue da orla da lagoa maior, até o cemitério municipal Santo Antônio, onde devesse seguir pela rua Abílio Siqueira Campos. Já a saída dos conjuntos deve ser feita diretamente pela rua Custódio Andries, ou pela rua Abílio Siqueira Campos que levara até a rua Custódio Andries, ainda sem pavimentação asfáltica, que consolidou no espaço ora ocupado pelos trilhos da ferrovia da NOB. (Google maps, 2023)

Além disto são distantes do distrito industrial, que emprega um quantitativo expressivo em mão de obra, e da infraestrutura melhor consolidada à leste de sua localização, como é possível observar no histórico de expansão da malha urbana da cidade apresentada na figura 3, seguindo a localização dos conjuntos habitacionais apresentados na figura 4.

Ao extremo oeste da cidade os conjuntos estão no limite da malha urbana da cidade fazendo fronteira com matas e propriedades rurais, no momento em que começam a ser entregues as famílias beneficiadas não havia nesta região

infraestruturas urbanas. Esta região passa a ser urbanizada justamente pelo impulso da instalação dos conjuntos.

Figura 4 - Mapa de localização dos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho em Três Lagoas - MS



Fonte: CASTRO, Junior R. N, 2023

O conjunto residencial vertical Novo Oeste está organizado da seguinte forma: 1224 moradias em 8 condomínios: Tuiuiú 160, Tucano 160, Arara 160, Ema 160, Bem-te-vi 160, Andorinha 160, Pardal 160 e Pavão 104, divididos em 8 apartamentos por bloco com 44 m² em uma área total de 112.000 m². (FERREIRA, 2016, p. 46)

Segundo Ferreira (2016) o conjunto habitacional Novo Oeste estaria localizado em uma Zona Especial de Interesse Ambiental 11 (ZEIA 11), que foi adquirida pela prefeitura municipal de Três Lagoas de um latifúndio pertencente à família do Sr. Orestes Prata Tibery Júnior, nome conhecido da história do município. Na imagem a seguir (figura 5) extraída do trabalho da autora é possível observar a disposição do conjunto residencial, bem como os bairros próximos, destaca-se o que a autora

classifica como segregação socioespacial visivelmente percebida pela análise da paisagem. (FERREIRA, 2016, p. 48)

Figura 5 - Foto aérea do conjunto habitacional Novo Oeste



Foto: Marcelo Rodrigues *in* FERREIRA, 2016

Figura 6 – Vista externa de conjunto de apartamentos no CHV Novo Oeste



Foto: Rubenita Martins Almeida, 2019

Ainda para Ferreira (2016) a verticalização urbana na cidade de Três Lagoas é uma pauta recente nos debates, sendo fruto dos impactos do desenvolvimento agroindustrial, neste cenário o Novo Oeste (2013) é o primeiro residencial de moradias de interesse social vertical da cidade. (FERREIRA, 2016, p. 57)

Em relação ao conjunto habitacional vertical Orestinho, este foi construído próximo ao Novo Oeste na mesma propriedade adquirida pela prefeitura municipal, e segue o padrão de residenciais verticais de interesse social, existem algumas mudanças do ponto de vista estrutural como a não existência de sacadas e um andar a mais em comparação ao Novo Oeste.

Sendo espacializadas 1432 moradias, distribuídas em 7 condomínios são eles: Condomínio Engenheiro Alexandre Ricardo do Amaral Lopes; Músico Pereira Barreto; Professora Cleide Maria de Paula; Músico Gilson Teixeira; Professora Maria Meireles da Silva; Músico Rubens Luiz Nogueira da Cunha; um deles não possui identificação. Cada condomínio possui 18 blocos com 12 apartamentos cada, totalizando 216 apartamentos em cada, com exceção do condomínio Músico Rubens Luiz Nogueira da Cunha (Binha) que possui 144 apartamentos. (ALMEIDA, 2021. p. 55-62)

Figura 7 – Vista externa de conjunto de apartamentos no CHV Orestinho



Foto: Rubenita Martins Almeida, 2019

Figura 8 – Vista externa de blocos de apartamentos no CHV Orestinho



Foto: Rubenita Martins Almeida, 2019

À medida que eram entregues aos novos moradores, classificados como população de baixa renda pelo próprio programa, o binômio pobreza-periferia parecia se consolidar com o tempo, junto a isso um imaginário social repleto de negatividade é desenvolvido pela sociedade dentro e fora dos conjuntos habitacionais.

Além da situação de precariedade de infraestrutura urbana que os contemplados pelos programas habitacionais enfrentavam, como distância do centro da cidade, e do distrito industrial, logo, de boa parte dos empregos formais, como é possível observar na figura 4, em consolidação desde 2013, outros elementos como violência e criminalização passaram a ser amplamente apontados como fruto da dinâmica desse espaço, o que contribuiu para a consolidação de uma imagem deteriorada do lugar, e das pessoas que ali moram ou frequentam.

Esta imagem de um espaço marcado pelo perigo, medo, insegurança, necessidade de intervenção estatal do ponto de vista da aplicação de medidas socioassistenciais e repressivo-punitivas, parece ganhar facilmente visibilidade pública, as imagens e discursos midiáticos assumem tom especulador e estetizado capaz de fortalecer a dupla imagem dos residentes destes espaços a de pobre perigoso, violento e potencialmente suspeito e ao mesmo tempo de pobre vulnerável, necessitado, que detém uma vida precária, em relação ambígua, onde em ambos os

casos os residentes se encontram em risco de se tornarem vítimas ou protagonistas da criminalidade e violência urbana. (Machado da Silva *apud* Bezerra, 2011)

Já para Wacquant (2005 *apud* Bezerra 2011), todos os habitantes de territórios em situação de pobreza, são postos na condição de suspeitos potencias e criminalizáveis em pressuposição, por habitarem esse espaço e serem homogeneizados como pobres, seja a noção de território estigmatizado reforça a imagem se seus moradores enquanto classe perigosa.

O espaço é um dos lugares onde o poder se afirma e se exerce sob a forma de uma violência simbólica capaz de instituir imagens, discursos e práticas sociais definidoras de um lugar social atribuído aos agentes ou da sua posição de classe, com efeitos de poder também sobre a produção das auto-imagens. (BORDIEU *apud* BEZERRA, 2011. p. 5)

Para Bernardi e Meda (2017) o estigma territorial e o imaginário social, que atribuem as pessoas inerentes aos seus lugares de moradia e as condições de moradia impõem dificuldades para a efetivação do direito à cidade. Segundo Rodrigues (2013) em diálogo com Melo (2005) o estigma é socialmente construído sendo mantido pela eficácia do simbólico, construindo categorias que os indivíduos deveriam ocupar, definindo e afirmando sua identidade, bem como suas relações com o meio.

Desta maneira, os agentes ativos ou passivos participantes deste fenômeno social, intitulado de estigmatização territorial, passam a ser melhor delimitados quando se atribui visão pouco mais holística e materialista ao processo. Assim, na tentativa de aproximar esse fenômeno ao nosso objeto de estudo, ou seja, uma cidade de porte médio em um país desigual¹² devemos considerar um importante dispositivo para a análise, o dispositivo de classe social, que nos norteará quanto a produção do estigma territorial.

¹² Segundo relatório de desenvolvimento humano publicado em 2019 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) o Brasil era o sétimo país mais desigual do planeta. (Uol, 2019) Segundo relatório da Global Wealth Report 2023, lançado pelo banco suíço UBS, Brasil é o país que mais concentra renda no mundo sendo detida 48,4% desta nas mãos de 1% da população. (Brasil 247, 2023)

3.0 VIDA E COTIDIANO NOS “PREDINHOS” : ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

Foram realizadas duas entrevistas com moradores dos conjuntos habitacionais objetos desta pesquisa, afim de gerar e analisar informações dadas por aqueles que efetivamente experienciam o processo de estigmatização territorial que afirmamos ocorrer sobre a vida e as vivências destes sob seus lugares de moradia.

As entrevistas de caráter qualitativas têm a intensão de produzir informações no momento em que os entrevistados refletem sobre sua própria realidade afim de responder os questionamentos feitos. “A plausibilidade das hipóteses está relacionada à sua potência explicativa, e não à confirmação por um certo número de entrevistas.” (KAPP *apud* MILANI, 2023, p. 368)

Quanto ao roteiro para as entrevistas semiestruturadas, apresentado no Anexo A, que foi dividido em quatro partes chamadas de fases, a primeira, ‘Sobre o entrevistado’, foi norteada por três perguntas que geraram as informações que nos permitiram conhecer pouco mais dos entrevistados, além da organização do quadro da figura 9.

Na fase dois, ‘Sobre a moradia’, estruturada por cinco perguntas, foi possível gerar informações sobre o endereço dos entrevistados e características de seus respectivos conjuntos, a quanto tempo residem neles, qual sentimento expressão pelo lugar e o como veem a infraestrutura que os rodeiam no dia-a-dia, logo, o intuito aqui, foi compreender a relação do entrevistado com sua moradia, com o bairro, imerso em seu cotidiano.

Na terceira fase, ‘Sobre a percepção do Estado’, pautada em três perguntas, os questionamentos estão voltados as experiências com o uso de serviços públicos, como o transporte público, bem como sua existência ou não na região; sobre as mudanças protagonizadas pelo poder público na região e suas reverberações para a população que pode acarretar na ampliação ou redução da percepção que se tem ou que se faz sobre o fenômeno de estigmatização territorial nos bairros, além da questão da segurança pública, que é dever do Estado.

Na quarta e última fase, ‘Percepção sobre a identidade externa do lugar e de si’, composta por cinco questões, de teor um pouco mais complexo, buscou colher informações sobre as características sociais desse espaço, como a relação de

mudanças e permanências de moradores nos conjuntos, que em nosso ponto de vista, está associado com a satisfação dos moradores em morar ali; foi perguntado aos entrevistados como eles acreditam que o bairro, consolidado pelo conjuntos, é visto pela sociedade, e se em algum momento de suas vidas já presenciaram momentos que demonstrassem a ideia apresentada por cada um e, também se acreditavam já terem sido prejudicados de alguma forma em suas vidas por morarem nos conjuntos. Nesta etapa buscou-se compreender a percepção de pessoas que não moram nos conjuntos habitacionais Novo Oeste e Orestinho têm em relação a esses bairros, isso através de interações que esses tiveram com os entrevistados.

Todas as fases do roteiro de entrevistas foram pensadas para tentar gerar informações pertinentes aos fatores que Loic Wacquant (2006) aponta como fundamentais para a reprodução dos estigmas territoriais, seja as várias manifestações da marginalidade urbana, como a violência, e suas consequências como a postura adotada pelo Estado na fase de implantação/ou não de infraestrutura urbana e a maneira como ela é inserida no contexto urbano, a ponto de intensificar o processo de estigmatização. A quarta fase, é mais complexa, porquê os questionamentos foram pensados de forma que fosse possível aferir as consequências do estigma territorial sobre as vivências dos entrevistados, sem que o termo “estigma” aparecesse nas perguntas e influenciasse o direcionamento das respostas.

Desta forma “O que registramos é resultado da observação efetuada pelo sujeito sobre suas próprias ações, e não as ações, práticas enquanto tais” (BOURDIEU et al, *apud* MILANI, 2023, p. 369)

A figura 9, resultado da primeira fase das entrevistas, apresenta um quadro com o perfil dos entrevistados de forma sucinta (no qual sua identidade foi preservada).

Figura 9 – Quadro com perfil dos moradores entrevistados

Identificação	Idade	Ocupação	Condomínio
Moradora 1	23	Estagiaria e universitária	Tuiuiú (Novo Oeste)
Morador 2	19	Universitário e Pesquisador	Bem-te-vi (Novo Oeste)

Organização: o autor

Ambas as entrevistas foram realizadas, na sala do programa de educação tutorial PET-Geografia UFMS/CPTL em momentos diferentes e oportunos, com os moradores ligados que são ligados também a academia, sem qualquer outra presença além do entrevistador e entrevistado, essas foram gravadas por aparelho celular, transcritas em arquivo digital, não disponibilizado em íntegra para nenhum fim, e utilizadas as respostas enquadradas como pertinentes a esse trabalho neste capítulo.

Inicialmente quando questionados os entrevistados sobre o bairro, se gostam de morar ali, nos conjuntos habitacionais e qual a relação com os vizinhos, a moradora 1, residente do condomínio Tuiuiú do conjunto Novo Oeste desde 2014 responde:

Nem um pouco, não não, eu estou esperando pra poder ver se alugo uma casa aqui até eu fixar certo no serviço, que aí seria melhor, porque lá as pessoas... o meu não é bagunçado, não sei se é algumas normas que tem lá, o meu não é bagunçado o meu é tranquilo, mas os de trás geralmente é muita briga antigamente tinha, agora deu uma parada, mas lá pros outros é muito preconceito né que as pessoas tem lá também, e eu também tenho porque não é muito bom, é muita falta de privacidade, lá no meu construíram até um muro assim em volta, e fizeram tipo, minha mãe fez tipo uma casinha mesmo, fechou toda nossa casa com um muro e não melhorou cem por cento, mas deu uma... mais ou menos. (Moradora 1)

O morador 2, residente do condomínio bem-te-vi desde 2014, do conjunto Novo Oeste, também destaca o fato da proximidade das residências e o fator privacidade aparece, embora ele seja pouco mais adepto desta realidade:

Eu gosto bastante da experiência de vizinhança que a gente tem lá, justamente por ser tão próximo, os apartamentos são bem próximos, a gente tem bastante contato com os vizinhos querendo ou não, a gente pode querer se isolar, eu me isolei por um tempo, mas eu acabei criando bastante conexão com eles, e o bairro como um todo, claro que tem essas questões de ser um pouco perigoso, a gente sente isso, a gente vê pontos de distribuição de drogas, por exemplo perto da minha casa no bloco ao lado era um ponto de distribuição de drogas, e bem... fora essas partes é de certo modo um bairro normal mesmo,[...]. (Morador 2)

O fato de as moradias serem verticais, bastante próximas, pensadas para serem condomínios fechados, caracterizam o que Almeida e Bezerra (2019) destacam como condições que diferenciam os conjuntos habitacionais, Novo Oeste e Orestinho, das tipologias de moradia na cidade, (amplamente arquitetada por casas em terrenos unitários) logo, essa diferenciação causa aos moradores sentimentos também

diferenciados, geralmente nunca enfrentados antes, o morar em um prédio, passar pela experiência de vizinhos próximos, ausência de quintais (que permite a criação de animais domésticos, plantas, hortaliças, etc.) seria um exemplo do porquê para Almeida (2021, p. 49) os programas de habitação social em Três lagoas, que deram origem aos residenciais citados, se mostram ineficazes em alguns quesitos, como desconsiderar as relações de vida dos sujeitos sociais. Como é possível analisar nas falas acima referentes ao sentimento de morar nos conjuntos, questão que aparece outras vezes ao longo das entrevistas.

Em seguida os entrevistados foram perguntados sobre suas percepções em relação a localização afastada dos conjuntos habitacionais, fator de alta relevância, tratado em vários dos trabalhos utilizados em nossa pesquisa.

Muito afastado, prejudica muito, ir pro serviço, locomoção pro serviço, locomoção principalmente pra UFMS, pela UFMS já ser no final da cidade e lá é outro final da cidade, e mesmo qualquer coisa do centro é uma viagem, porque é muito distante de tudo. Ah é totalmente desregulado lá, tem até uns mercadinhos, tem as coisas, só que não é aquelas coisas. (Moradora 1)

Bastante, eu considero bastante afastado porque todas as escolas que eu estudava eram bastante centrais, por exemplo eu estudei no Afonso Pena, aí tinha que pegar ônibus pra chegar lá. Eu também estudei no instituto federal tinha que pegar ônibus pra chegar lá e por mais que o instituto federal seja um pouquinho mais perto e eu consiga ir pela boiadeira era longe indo de bike então tinha que pegar ônibus para ir para esses lugares, e também pra fazer estágio eu também tive que pegar bastante ônibus, eu utilizo o ônibus como meio de transporte pra qualquer coisa porque é bastante longe mesmo, é realmente uma região periférica, a gente sente isso morando lá. (Morador 2)

Como já analisado, os conjuntos habitacionais são de difícil acesso, instalados em uma região periférica da malha urbana pouco densificada (figura 3, p. 28 e figura 4, p. 37), e ambos os moradores apontam isso como um fator bastante negativo, por impacta-los diretamente em suas rotinas diárias. Percebe-se também a dependência no uso do transporte público, que por sua característica, também pode contribuir para a consolidação da ideia de local afastado, já que geograficamente os conjuntos habitacionais não estão localizados a distancias tão maiores quando comparados a outros bairros em relação ao centro da cidade.

Quando questionados sobre o enfrentamento de possíveis problemas relacionados a infraestrutura local, algumas experiências são descritas onde percebe-se que a interpretação do termo, infraestrutura, é naturalmente moldado segundo aquilo que cada entrevistado apresenta como relevante em sua realidade.

Não, ele [o prédio] é mal feito, o prédio seria mal feito, a obra foi bem mal feita, tanto é que o padrão de energia, padrão de água e luz é tudo dentro de um certo condomínio que fica no térreo, no meu caso lá, o meu na frente, é a energia de todos, é são 4, não, são 8, cada cubículo daquele são 8, 4 em baixo e 4 em cima, então fica tudo no meu bloco, a energia. Então antigamente as pessoas entravam lá dentro perguntando de energia, agora graças a Deus é só o técnico, e tem mais isso também as pessoas não tem um pinga de educação, já saem entrando só porque a luz dela está lá, na cabeça dela ela tem o direito de sair entrando e abrindo tudo. (Moradora 1)

***Bem problemas de moradia como esses que você falou eu vejo bastante, por exemplo eu moro no segundo andar, no primeiro no caso por conta do térreo, enfim, a casa de baixo é toda murada e a minha não consegue, a gente não consegue fazer o mesmo que eles, eu sinto que essa questão, você morar em baixo você tem mais liberdade pra murar sua casa ou... em fim. Eu vejo bastante essas coisas de cortarem as grades, principalmente pra conseguir colocar os carros mais próximos ou as motos mais próximas, por exemplo a moto da minha mãe ela coloca, ela não coloca na garagem porque fica um pouco distante justamente por eu morar bem na parte de trás fica distante e ela fica com um pouco de medo de acontecer alguma coisa, então ela coloca na janela, tipo em baixo, do lado. E bem outras questões de infraestrutura, eu não sei se entra, mas a gente já presenciou pessoas que roubavam água da caixa d'água, uma coisa esquisita, eles colocavam uma mangueira dentro da caixa d'água da vizinha e colocavam na caixa d'água deles aí eles puxavam a água e eles ficavam gastando menos e a vizinha mais, mas em geral é isso.
[...]. (Morador 2)***

Enquanto a moradora 1, destaca sua insatisfação com o tamanho das moradias, (de 40 m². Gov.br, 2023, online) que chama de “cubículos”, e a estrutura dos prédios que concentram muitas dessas pequenas unidades, além dos terminais de distribuição de água e energia elétrica, em um dos prédios do condomínio, neste caso o dela, o que a incomodava por gerar um fluxo de vizinhos indesejáveis. O morador 2, expõe a não possibilidade de cercamento por muro de sua residência, como teria feito o vizinho no andar de baixo, além dos cortes das grades, praticados pelos moradores, que permitiram sobre tudo, alocar veículos mais próximos aos

prédios em que residem seus proprietários, o que denota o abandono dos bolsões de estacionamentos coletivos, pensados para uma estrutura ora fechados.

As grades as quais o entrevistado 2 se refere dizem respeito aos alambrados que cercam os condomínios compostos por determinado conjunto de prédios, lhes mantendo fechados, com restrições de entrada e saída de pessoas, segundo os padrões estabelecidos para os conjuntos habitacionais verticais, neste sentido foi feita a ele a seguinte pergunta: E lá no seu condomínio que é um dos mais antigos, prevaleceu essa perspectiva do condomínio fechado, ainda tem porteiro?

Bem, no meu não, parece que tipo no decorrer dos anos eles acabaram deixando, o síndico acabou deixando também não ter mais porteiro, eles não fecham mais a portaria, antes era um portão elétrico, agora não é mais porque não teve manutenção e também a área da portaria é completamente vazia a gente não vê ninguém lá, ninguém para, ninguém nada e, as grandes continuam abertas, por exemplo, tem uma época que tentaram fechar e fecharam de fato, só que isso foi em 2016 uns dois anos depois de eu me mudar, então bem no começo, tipo perdeu essa perspectiva de “fechamento”.[...]. (Morador 2)

Sobre todas essas questões voltadas a infraestrutura e arquitetura podemos refletir segundo o raciocínio de Carlos (2011) que entende que o padrão arquitetônico da cidade segrega, separa e expulsa, e que tudo isso faria parte dos então valores urbanos, teorizados pela autora, a heterogeneidade da cidade em todas as suas formas de expressão no espaço como a disparidade material entre bairros e moradias, entre modos de vida, uso de terrenos por atividades econômicas, a exemplo, podem contrastar de forma violenta.

E esse contraste apresentado como violento por Carlos (2011) por ser expresso também pelos estigmas territoriais, que são produzidos por uma diversidade de fatores, mas com um ponto central a concentração espacial da pobreza, que é expressa também pelo padrão arquitetônico, denotando a disparidade material, e alimentando o imaginário social quanto ao uso desses espaços, como em nosso caso de estudo.

Na fase 3, do roteiro para entrevista, uma das questões está relacionada a percepção sobre a segurança do lugar, se os entrevistados o considerariam seguro e se já lhe haveria acontecido algo particular.

Lá não, nunca me aconteceu nada, desde que eu moro lá, eu não sei se é seguro, pra mim é, eu acho que é mais seguro pras pessoas que moram lá como você já é visado, que é o jeito que fala, já sabem que você mora lá, então particularmente, é mais seguro ali. Já pessoas que não são “meio” do âmbito e chegam de repente aí pode ser que não seja tanto. (Moradora 1)

Bem, é porquê na minha visão a gente não vê muitas coisas que acontecem nos outros bairros que não são periféricos, porém lá tá mais exposto por isso que a gente vê bastante porque está justamente mais exposto, mas nessa questão eu acho que... é porque eu sinto a presença da polícia lá bastante também, então se acontecer alguma coisa eu sei que vai chegar rápido, acredito eu, mas é meio que é mais inclinado pro... ‘é um bairro perigoso, que um bairro mediano’, sabe tá nessa linha por ali. E com você já te aconteceu alguma coisa, talvez um sentimento de insegurança? É porque eu costumava pegar ônibus aqui, por exemplo esse ano, costumava pegar ônibus da volta que eu **chego em casa umas 23:30h e descer do ônibus e ir até a minha casa, dá um sentimento de medo, porque justamente já presenciei pessoas me perseguindo, mas lidava porque nunca aconteceu nada e, dava um pouco de medo sim**, mas assalto e outras coisas relacionadas a violência ou qualquer tipo de violência mesmo eu não presenciei, não vi. (Morador 2)

Quanto ao primeiro trecho da fala do morador 2, pode-se fazer uma ligação com a questão do discurso midiático que para Machado da Silva (2008 *apud* Bezerra, 2011, p. 4 - 5) quando este, assume tom especulador e estetizado é capaz de fortalecer a dupla imagem dos residentes destes espaços, a de pobre perigoso, violento e potencialmente suspeito e ao mesmo tempo de pobre vulnerável.

Na fase 4 do roteiro para entrevista, uma das questões está relacionada ao como os moradores acreditam que o bairro é visto pela sociedade, as respostas explanam bastante do sentimento estigmatizador contra os conjuntos, e os próprios moradores. E em concomitância os moradores são questionados se já ouviram ou presenciaram cenas que deflagrassem essa ideia, explanada, sobre o bairro.

Muito mal [risos] ***falou assim mora nos predinhos, a não, principalmente por Uber também, Uber não faz muita corrida lá, porque eles medo, aí certas que pessoas que a gente pode conversar na rua te julgam muito né, você tá vendo a pessoa depois você fala onde ela mora: nossa mora lá meu deus, nunca que eu ia pensar isso. Ai já pensa tudo de ruim possível, não vou falar que por um lado elas estão totalmente erradas, porque não estão, porque realmente o lugar lá não é muito agradável não, pra***

quem gosta de privacidade, quem gosta de ter coisa boa jamais iria gostar de morar ali. (Moradora 1)

Pior, meu não, eu só vi, das coisas que acontecem lá? Um cara matou o outro, não é brincadeira eu ouvi o tiro, saiu até na rádio caçula, matou o padrasto, não vou falar que, que bom né, estava batendo na mãe dele, mas foi e matou ele, coisa bem tranquila [em tom de ironia]. (Moradora 1)

O bairro é com certeza visto como realmente uma periferia da cidade, com esse estigma todo em cima da periferia, já fui chamado de favelado, acho que brincado, mas né, é realmente uma favela de Três Lagoas. [...] eu estudava **no instituto federal** e é uma escola onde são várias classes sociais diferentes, a gente percebe que lá a maioria das pessoas são de classe mais média a alta, então a gente percebe que eles não têm essa, meio que uma consciência de classe e eles acabam falando essas coisas, que meio que machucam um pouco, porque **eu por exemplo, eu não falava que morava lá, nunca falei para as pessoas da minha turma que eu morava lá, justamente porque já escutei conversas de eles falando de um menino de outra sala, que ele era favelado, que era isso, que era aquilo, que ele era traficante,** umas coisa bem pesadas, também sinto que a gente tem bastante um estigma sobre morar lá entendeu, e eles acabam te vendo diferente quando você fala que você mora lá entende? (Morador 2)

Com certeza, aproximado não necessariamente com um traficante, mas com uma pessoa que é... não tem um certo prestígio social, uma pessoa que não consegue, não possui “intelecto”, uma pessoa que é vista como “baixa” mesmo. Eu me sinto baixo, por exemplo, quando me estigmatizam falando que eu sou... sabe essas coisas. (Morador 2)

Essas respostas deixam claro, o que poderia ser apontado como uma consequência da homogeneização desses moradores ao lugar onde moram, o sentimento rotulador que impacta no comportamento e autoestima dessas pessoas, como observado nas respostas dadas, são uns dos maiores fatores que caracterizam a estigmatização territorial contra os conjuntos habitacionais, aferido por meio das experiências de seus moradores.

Por fim ao analisar todas as respostas é possível verificar grande quantidade de informações que consolidam nossas hipóteses, em uma de suas o morador 2, cita já ter sido estigmatizado, demonstrando não somente conhecimento sobre o termo, mas definindo ter vivido fora dos conjuntos habitacionais experiências deste tipo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta forma, se o estigma está para Goffman (2004) como uma marca, ou característica, socialmente estabelecida, que se manifesta como uma desgraça, um atributo carregado de depreciação e negatividade, inferindo esse, na não aceitação plena de um indivíduo em dada relação ou sociedade, por ser interpretado como diferente ou não normal, para outrem, podendo ir além da individualidade e atingir a grupos inteiros, devido suas semelhanças e relações de proximidade, sendo classificado em três categorias como já citado.

O estigma territorial, desenvolvido por Loic Wacquant (2006) a partir de uma das classificações de estigmas de Goffman (2004), está em específico para o lugar da moradia, que é para Souza *apud* Bernardi e Meda (2017) inerente ao ser humano, fazendo parte da essência do indivíduo, inferido contra os moradores, que passam junto com o território a carregarem as marcas negativas manifestadas a partir da depreciação do espaço atrelado à concentração espacial da pobreza e, uma das suas principais consequências, a marginalidade, que culmina na homogeneização dos moradores à imagem produzida e reproduzida no imaginário social da população moradora e não moradora de um espaço deteriorado.

A produção dos conjuntos habitacionais verticais Novo oeste (2013) e Orestinho (2016), em Três Lagoas-MS, frutos do programa federal de habitação Minha Casa Minha Vida (MCMV) em conjunto com o governo do estado de Mato Grosso do Sul e prefeitura municipal, tem feito surgir efeitos ambíguos, pois se por um lado, indiscutivelmente, fornecem moradias por vias de financiamento facilitados para a população de menor renda à baixas mensalidades, gerido pelo banco público Caixa Econômica Federal (CEF) permitindo a adesão de uma população que historicamente esteve longínqua do direito à moradia¹³.

Por outro lado, fatores como a concentração espacial da pobreza em uma espécie de núcleo, conforme apontado pelo sociólogo francês Loic Wacquant (2006), conformada justamente pela condição em que se deu o programa de habitação; a especificidade do padrão arquitetônico diferenciado do restante da cidade que causa estranhamento para os moradores, elevando a percepção negativa do espaço,

¹³ Algo em torno de 6 milhões de casos entre os anos de 2016 á 2019 a nível Brasil (FJP, 2021), e 5.545 unidades em Três Lagos no ano de 2010 (Mato Grosso do Sul, 2014).

conforme Carlos (2011); a localização geográfica que sendo periférica também contribui ao imaginário social conforme Milani (2023).

Desta maneira estes que podem ser apontados como os principais fatores atrelados a imagem depreciada do espaço, impulsionam a manifestação do estigma territorial contra os conjuntos habitacionais verticais Novo Oeste e Orestinho, conforme as definições deste conceito tratado por Wacquant (2006), fenômeno que foi aferido em nossa pesquisa, e demarca a relação de dupla consequência para com o empreendimento habitacional, relação essa que chamamos de ambígua.

As entrevistas deixam claro a existência da manifestação dos estigmas territoriais em Três Lagoas-MS a partir dos conjuntos habitacionais verticais temas desta pesquisa, e algumas de suas consequências como a vergonha sobre o local de moradia, o medo da taxaço e do preconceito, preconizado em ambientes sociais os quais os moradores possam frequentar, além disto o conceito de estigmas territoriais foi um excepcional caminho analítico para o problema, que em outros trabalhos sobretudo foi analisado segundo a ótica da segregação socioespacial.

Por fim pode-se considerar a manifestação dos estigmas territoriais contra os conjuntos habitacionais verticais Novo oeste e Orestinho, como algo complexo, nascido de uma diversidade fatores, como os apontados, o principal deles a concentração espacial da pobreza, que é entendido por nós como motriz para as outras adversidades.

Em segundo os padrões de infraestrutura gerados pelo poder público, que não priorizaram a individualidade das moradias e resultaram na não privacidade dos moradores que por falta de escolha ou não acabaram submetidos a situações não enfrentadas antes, o que impulsionou nos próprios moradores uma impressão negativa do lugar, gerada por estes e outros fatores, além da espetacularização midiática da violência que impulsiona com força a imagem deteriorada dos conjuntos habitacionais verticais, e geram estigmas territoriais contra o espaço e os moradores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERJE - Associação De Brasileira De Comunicação Empresarial. Fibria Inicia Operação Da Nova Fábrica De Celulose Em Três Lagoas (MS). Disponível em: <https://www.aberje.com.br/fibria-inicia-operacao-da-nova-fabrica-de-celulose-em-tres-lagoas-ms/>. Acesso em: 02 set 2022.

ALMEIDA, Rubenita M. **A segregação socioespacial em Três Lagoas/MS: uma análise a partir dos conjuntos habitacionais verticais Novo Oeste e Orestinho**. Orientadora: Patrícia Helena Milani. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFMS/CPTL, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/3791>. Acesso em: 20 out 2023.

ALMEIDA, Rubenita M; BEZERRA, Victor G. D. As contradições no fornecimento de moradias do programa de habitação social em Três Lagoas/MS/Contraditions on providing housing of the social housing program in Três Lagoas/MS. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 12, p. 32188-32203, 2019.

BARATELLI, Amanda. E. S; MILANI, Patrícia. H. A especulação imobiliária versus o acesso a habitação: temos que fazer a luta pela terra, a luta pela moradia. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Seção Três Lagoas, v. 1, n. 30, p. 72-96, 2019.

BERNARDI, Renato; MEDA, Ana P. Estigmas Territoriais Urbanos: do direito à moradia adequada ao direito à cidade. **Revista de direito urbanístico, cidade e alteridade**. Maranhão. v. 3, n. 2, p. 18-33, 2017.

BEZERRA, Leila. M. P. S. Sentidos da pobreza e do viver em territórios estigmatizados: versões de moradores do Grande Bom Jardim em Fortaleza - Ce. **Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, Maranhão**, 2011.

BRASIL - SDH/PR. Por uma cultura de direitos Humanos: Direito à moradia adequada. **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR**. Brasília - DF. 2013.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Medida provisória nº 75, de 9 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-751-9-novembro-2016-783897-exposicaodemotivos-151393-pe.html>. Acesso em: 19 set 2023.

CARLOS, Ana Fani. A. **A Cidade**. São Paulo - SP: Editora Contexto, 2011.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF. Minha Casa Minha Vida – Habitação Urbana. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 08 jul 2022.

DELCOL, Rafaela. F. R; MILANI, Patrícia. H. A produção do espaço urbano em Três Lagoas – MS com base na dinâmica demográfica. **GEOGRAFIA** (Londrina), [S. l.], v.

31, n. 2, p. 87-106, 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/45251>. Acesso em: 18 set 2023.

ELDORADO BRASIL. Quem somos. Disponível em: <https://www.eldoradobrasil.com.br/pb/a-eldorado-brasil/quem-somos/>. Acesso em: 17 out 2023.

ELOY, Claudia M. M; COSTA, Fernanda C; ROSSETTO, Rossella. ST7-354. Subsídios na política habitacional brasileira: do BNH AO PMCMV. **ANAIS ENANPUR**, v. 15, n. 1. 2013.

ÉPOCA NEGÓCIOS. Como a Suzano e a Fibria fizeram uma fusão bilionária sem demissões em massa. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2020/03/como-suzano-e-fibria-fizeram-uma-fusao-bilionaria-sem-demissoes-em-massa.html>. Acesso em: 17 out 2023.

EVANGELISTA, Joverson D. Identidade e estigma: reflexões a partir de um estudo de caso no Morro da Cruz, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Antares** (Caxias do Sul), v. 5, n. 9, p. 111-128, 2013.

FERREIRA, Lidiane A. A produção do território e as políticas públicas de habitação na cidade de Três Lagoas - MS. Orientador: Francisco José Avelino Júnior. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFMS/CPTL, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/handle/123456789/2796>. Acesso em: 16 out 2023.

GOFFMAN, Erving. **Estigma Notas Sobre a Manipulação Da Identidade Deteriorada**. 4. Ed. Tradução: Mathias Lambert. 2004.

GOV.BR. Conheça o programa minha casa minha vida: o maior programa de habitação de interesse social do Brasil está de volta, com regras novas. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/conheca-o-programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 17 nov 2023.

GOV.BR. Na Bahia, Lula entrega 2.745 unidades do Minha Casa, Minha Vida, retoma Faixa 1 do programa e anuncia 2 milhões de moradias até 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2023/02/na-bahia-lula-entrega-2-745-unidades-do-minha-casa-minha-vida-retoma-faixa-1-do-programa-e-anuncia-2-milhoes-de-moradias-ate-2026>. Acesso em: 31 jul 2023.

HAESBAERT, Rogerio. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004

IBGE - Três Lagoas. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/tres-lagoas/historico>>. Acesso em: 01 set 2022.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. São Paulo - SP: Editora Moraes, 1991.

MAIS FLORESTAL. Suzano dobrará o número de mão de obra em MS, contratando 5 mil funcionários para início em 2023. Disponível em: <https://www.maisfloresta.com.br/suzano-dobrara-o-numero-de-mao-de-obra-em-ms-contratando-5-mil-funcionarios-para-inicio-em-2023/#:~:text=A%20assessoria%20de%20imprensa%20informou,conforme%20a%20sua%20pol%C3%ADtica%20de>. Acesso em: 17 out 2023.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 3 Ed. São Paulo - SP: Livraria Martins Fontes, 2008.

MATO GROSSO DO SUL. **Indicadores Habitacionais em Mato Grosso do Sul - 2014**. Campo Grande – MS, 2014.

MILANI, Patrícia H. Você mora lá nos predinhos? Mas é muito perigoso, vida cotidiana e segregação socioespacial em Três Lagoas - MS. In: ALMEIDA, Rosemeire; NARDOQUE, Sedeval. **Dinâmica territorial em tempos de hegemonia do capital monopolista: subordinação e resistências**. Campo Grande – MS. Editora UFMS, 2023. p. 366 – 392.

PAIVA, Luiz F. S. Violência e sociedade: segurança, controle e castigo. contingências da violência em um território estigmatizado. XIII Congresso brasileiro de sociologia. **ANAIS**. Universidade Federal de Pernambuco. Recife - PE. 2007.

RODRIGUES, Arnaldo O. Teoria do Estigma e Suas Implicações para a Compreensão do Desenvolvimento Socioespacial. II Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (II CONINTER). **ANAIS**. Belo Horizonte – MG. 2013.

RODRIGUES, Arnaldo O; ROCHA, Angélica S. A pertinência do conceito de estigma territorial como categoria de análise do contexto sócio-urbano. 9º Fórum de ensino, pesquisa, extensão e gestão (FEPEG). **ANAIS**. Universidade Estadual de Montes Claros. 2015.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **A Vida nas Cidades**. São Paulo - SP: Editora Contexto, 1996.

VALADARES, Lícia P; HOFFMANN, Andrea R. **Banco Nacional Da Habitação (BNH)**. CPDO, FGV. 2009. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/banco-nacional-da-habitacao-bnh>. Acesso em: 31 jul 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS LAGOAS. **Prefeita participa da entrega das moradias do residencial Novo Oeste**. Disponível em: <https://www.treslagoas.ms.gov.br/prefeita-participa-da-entrega-das-moradias-do-residencial-novo-oeste/>. Acesso em: 14 set 2023.

WACQUAND, Loïc. A Estigmatização Territorial na Idade da Marginalidade Avançada. Sociologia: **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. vol. 16. p. 27-39. Universidade do Porto. Porto - Portugal, 2006.

WACQUAND, Loïc. Marginalidade urbana no novo milénio. **Configurações**. v. 1, n 1, p. 59 - 70. 2005.

ANEXO A - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

- FASE 1: SOBRE O ENTREVISTADO

A) Nome? B) Idade? C) Ocupação?

- FASE 2: SOBRE A MORADIA

D) Onde Mora? (Nome do bairro, condomínio, andar, quantas unidades na torre etc.)

E) Desde quando?

F) Gosta do Bairro? (dos vizinhos, das pessoas etc.)

G) Considera o local afastado? (Distante do centro, do parque industrial, de outros bairros etc.)

H) Enfrenta ou já enfrentou problemas quanto a infraestrutura? (Das moradias, dos condomínios planejados para serem fechados etc.)

- FASE 3: PERCPÇÃO SOBRE O ESTADO

I) Se utiliza de algum serviço público no bairro/região? (Como transporte público, posto de saúde, praças, creches, escolas etc.)

J) Percebeu mudanças como obras no bairro/região?

K) Considera o bairro seguro? (Já lhe aconteceu algo particular?)

- FASE 4: PERCPÇÃO SOBRE A IDENTIDADE EXTERNA DO LUGAR E DE SI

L) Percebe fluxo de mudança de indivíduos? Compra e venda de imóveis? (O que poderia ocasionar isso?)

M) Como acredita que o bairro é visto?

N) Já ouviu ou presenciou cenas que deflagrassem essa ideia sobre o bairro?

O) Já chegou a ser identificado de alguma forma, ou passou a ser relacionado como morador, fora do bairro?

P) Acredita já ter sido prejudicado de alguma forma por morar no bairro? (Quanto a distância, imagem, identificação etc.)